



UNIVERSIDADE
ESTADUAL de LONDRINA

DÉBORA LETÍCIA DIAS

**CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA PREVENÇÃO DE
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR INFANTIL**

DÉBORA LETÍCIA DIAS

**CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA PREVENÇÃO DE
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina – UEL para o cumprimento dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo.

Londrina
2013

Catálogo elaborado pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

D541c Dias, Débora Letícia.
Capacitação de professores para prevenção de violência intrafamiliar infantil /
Débora Letícia Dias. – Londrina, 2013.
xii, 94 f. : il.

Orientador: Alex Eduardo Gallo.

Dissertação (Mestrado em Análise do Comportamento) –
Universidade Estadual de Londrina, Centro de Ciências Biológicas,
Programa de Pós-Graduação em Análise do Comportamento, 2013.
Inclui bibliografia.

1. Comportamento – Análise – Teses. 2. Violência nas crianças –
Prevenção – Teses. 3. Violência familiar – Teses. 4. Professores –
Teses. I. Gallo, Alex Eduardo. II. Universidade Estadual de Londrina.
Centro de Ciências Biológicas. Programa de Pós-Graduação em Análise
do Comportamento. III. Título.

CDU 159.9.019.43

DÉBORA LETÍCIA DIAS

**CAPACITAÇÃO DE PROFESSORES PARA PREVENÇÃO DE
VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR INFANTIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina – UEL para o cumprimento dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Análise do Comportamento.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Prof^a. Dr.^a Rachel de Faria Brino
Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR

Prof^a.Dr.^a Nádia Kienen
Universidade Estadual de Londrina - UEL

Londrina, 30 de Agosto de 2013.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus que me deu forças sempre que me senti cansada. À minha mãe por todo o apoio e por sempre acreditar em mim. Aos meus avós que sempre me acompanharam mesmo sem entender muitas vezes os caminhos que eu estava seguindo. Ao meu pai que mesmo sem querer e sem saber me ensinou muitas coisas. Aos meus padrinhos, Laudete e Toninho que sempre me incentivaram.

Ao meu amigo Jardson, que insistiu para que eu entrasse nesse mestrado. Agradeço por todo o incentivo, paciência, risadas, conversas boas, amizade de verdade, pelos cafés pra agüentar o sono, pelas broncas e pelas dicas. Ao meu orientador Alex Gallo, que me ensinou muito com sua tranquilidade e bom humor. Agradeço por todos os “relaxa” nos momentos de desespero, por todo apoio, paciência e confiança. Aos professores do Programa de Mestrado que contribuíram para o meu crescimento e aprendizado. Especialmente à Silvia Fornazari e à Nádia Kienen, por toda delicadeza em suas sugestões como banca de qualificação. Agradeço também à Rachel Brino por aceitar fazer parte da comissão examinadora na defesa desta dissertação e por todas as sugestões dadas com tanto entendimento, cuidado e profissionalismo.

Aos meus colegas de sala que me ensinaram muito com suas experiências. Em especial à Fernanda por estar ao meu lado neste trabalho, sempre disposta a me ajudar, pelo companheirismo e amizade em todos os momentos. Agradeço também ao Jonas, secretário do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento, pela paciência, compreensão, correrias e todo apoio como profissional e amigo. Agradeço também ao querido amigo Márcio por todo apoio acadêmico e de vida, por todos os puxões de orelha, todas as orientações, por toda atenção e carinho nos momentos de escrita e de experiências de vida. Agradeço ao Luiz Gustavo que me ajudou em todos os cálculos desse trabalho. Ao meu amigo Marcio Dias pela paciência e delicadeza nas revisões e opiniões.

Agradeço aos meus amigos queridos que foram importantíssimos durante essa caminhada, tornando-a mais leve e feliz. À Quésia, tia Olga, Giselle, Miriele, Iza, Edson, Laryssa, Ive, Rafaela, Giovana, Eduardo, Machadinho, Edson, Ferd, Vini, Giovanna, David, João, Marco, Vinicius, Marcelo, Du, Fabrício, Tati,Paulinha e Felipe.

Agradeço a confiança da Secretaria de Educação de Londrina, que deu oportunidade para que este trabalho pudesse levar conhecimento aos professores de educação infantil da rede pública desta cidade. Aos professores que participaram deste programa de capacitação, pela confiança, dedicação e interesse. Este trabalho é dedicado a todos vocês e a todas as crianças que precisam de nós. Espero que a experiência vivida em nossos encontros tenha acrescentado e gerado mudanças favoráveis em suas vidas. À Daniele Fioravante, psicóloga do CREAS, por ter contribuído com seus conhecimentos e experiências de trabalho, pelas orientações adequadas e dúvidas esclarecidas. À Universidade Estadual de Londrina por ter disponibilizado o espaço para que esse trabalho fosse realizado. E a todas as pessoas que de alguma forma promovem ações de prevenção e se dedicam a esse tipo de trabalho em todos os lugares.

“Mire veja: o mais importante e bonito, do mundo, é isto: que as pessoas não estão sempre iguais, ainda não foram terminadas - mas que elas vão sempre mudando.”

Guimarães Rosa

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Porcentagem média, desvio padrão e variância nas avaliações pré e pós-teste.....	57
Figura 2 - Desempenho na Cartilha de Atividades (todos os participantes)	62
Figura 3 - Desempenho na Cartilha de Atividades (dez selecionados)	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Temas e atividades desenvolvidas em cada sessão do Programa de Intervenção	51
Tabela 2 - Porcentagem de acertos pré e pós-teste de todos os participantes.....	58
Tabela 3 - Porcentagem de acertos pré e pós-teste dos participantes selecionados, relacionada com tempo de experiência como docente	61
Tabela 4 - Quantidade de acertos por aula apresentados na Cartilha de Atividades	64
Tabela 5 - Análise de Questionários	66

LISTA DE APÊNDICES

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	81
Apêndice B - Questionário de Conhecimento Sobre Violência Intrafamiliar Infantil.....	82
Apêndice C - Cartilha de Atividades sobre Violência Intrafamiliar Infantil	86

SUMÁRIO

Apresentação	11
Lista de Referências.....	14
Artigo 1	
Aspectos Históricos e Jurídicos sobre a Infância e sua Relação com a Violência Intrafamiliar	15
Resumo	16
Abstract	17
Introdução	18
Aspectos Jurídicos da Violência Intrafamiliar Infantil	22
Conclusão	28
Lista de Referências	30
Artigo 2	
Avaliação de Capacitação para Professores sobre Violência Intrafamiliar Infantil	33
Resumo	34
Abstract.....	35
Introdução	36
Consequências da Violência Intrafamiliar Infantil	39
A Importância do Professor na Prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil	43
Objetivos	47
Método.....	47
Participantes.....	48
Local	48
Instrumentosde Coleta	48
Instrumentos de Capacitação	49

Procedimento	50
Análise dos Dados	55
Resultados	56
Caracterização dos Participantes	56
Análise Quantitativa	57
Seleção Estatística dos Participantes	60
Análise Qualitativa	65
Discussão	72
Considerações Finais	76
Lista de Referências.....	77
Apêndices	80
Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	81
Apêndice B - Questionário de Conhecimento Sobre Violência Intrafamiliar Infantil.....	82
Apêndice C - Cartilha de Atividades sobre Violência Intrafamiliar Infantil	86

Apresentação

Entrar em contato com informações sobre maus tratos infantis é algo que causa indignação, dúvidas, receios, medo e esperança por mudanças. Diariamente os meios de comunicação têm divulgado notícias sobre Violência Intrafamiliar Infantil no mundo todo, ou seja, dentre tais ocorrências de violência contra crianças, a praticada por pessoas da própria família da vítima, são as mais recorrentes. Embora isto não devesse acontecer de forma intencional, existem casos em que a violência é uma opção na vida de algumas pessoas e muitas não se questionam por outros métodos, pois em alguns contextos, a violência é um comportamento amplamente aceito em diversas culturas, muitas vezes tido como forma de “educar”, por exemplo. Os questionamentos por métodos de prevenção geralmente não são levados em consideração, pois a violência muitas vezes só recebe devida atenção após a ocorrência de casos graves. Ainda que muitos casos de violência sejam expostos pela mídia, inúmeros continuam ocorrendo na ‘invisibilidade’, ou seja, só temos acesso ao que é exposto e notificado.

De acordo com dados da OMS (2012), em 2002, foram notificados 53 mil mortes de crianças assassinadas no mundo inteiro. Além disso, no mesmo ano, cerca de 150 milhões de meninas e 73 milhões de meninos foram forçados a manter relações sexuais ou submetidos a outras formas de violência sexual envolvendo contatos físicos (Gonçalves & Ferreira, 2002).

Segundo dados divulgados pela Fundação Abrinq:

“mais de 8.600 crianças e adolescentes foram assassinados no Brasil em 2010, segundo o Mapa da Violência. Esse número coloca o Brasil na quarta posição entre os 99 países com as maiores taxas de homicídio de crianças e adolescentes de 0 a 19 anos. Em 2012, mais de 120 mil crianças e adolescentes foram vítimas de maus tratos e agressões segundo o relatório dos

atendimentos no Disque 100. Deste total de casos, 68% sofreram negligência, 49,20% violência psicológica, 46,70% violência física, 29,20% violência sexual e 8,60% exploração do trabalho infantil. Menos de 3% dos suspeitos de terem cometido violência contra crianças e adolescentes tinham entre 12 e 18 anos incompletos, conforme levantamento feito entre janeiro e agosto de 2011. Quem comete violência contra crianças e adolescentes são os adultos” (Brum, 2013).

As informações não especificam se esses adultos responsáveis pelos maus tratos às crianças são integrantes de suas famílias. No entanto, é possível que a Violência Intrafamiliar Infantil esteja contida nestes dados.

Os altos índices de violência apresentados confirmam a necessidade de desenvolvimento de estudos e trabalhos de prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil que possam contribuir com o conhecimento científico, social e econômico. A prevenção é uma das melhores alternativas para a problemática da violência contra a criança, mas permanece como um desafio, pois, ainda não é vista como prioridade (Garbin, Queiroz, Costa & Garbin, 2010). Muitas vezes, os problemas de saúde pública são levados em consideração somente quando já estão ocorrendo e causando prejuízos. Além disso, alguns desses problemas nem sempre são notificados e tratados como tal, gerando ainda mais obstáculos na busca de soluções. No Brasil, apesar de recente, principalmente em relação à epidemiologia, à prevenção dos fatores de risco e ao atendimento especializado, essa área tem tido mais atenção (Minayo, 2006). Visto que, por se tratar de uma questão muito séria, a prevenção e a atenção especializada surgem em consequência do reconhecimento da morbimortalidade por causas externas (violências e acidentes) (Minayo, 2006). Assim, é necessário que o trabalho de prevenção seja realizado com o objetivo de evitar a violência contra a criança, para que não tenha início

somente com as notificações da violência às autoridades competentes (Garbin, Queiroz, Costa & Garbin, 2010).

Esse tipo de contexto leva a pensar que a busca de soluções são necessárias para o fim deste tipo de problema. Nesse sentido, é fundamental destacar a importância da família e da escola como instituições que podem apresentar condições de proteção. Considerando-se a importância da família e do professor para o desenvolvimento biopsicossocial de crianças, torna-se necessário investir em práticas educativas que possam desenvolver comportamentos de identificação e prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil.

O presente trabalho originou-se a partir da preocupação com as consequências que a Violência Intrafamiliar pode causar ao desenvolvimento infantil e com a necessidade de preparo técnico que muitos professores apresentam para lidar com esse tipo de contexto. Assim, o primeiro artigo consiste em um apanhado histórico do desenvolvimento infantil em relação à família e a violência e como os direitos das crianças e adolescentes foram se tornando aspectos fundamentais de proteção juntamente com os órgãos responsáveis e a escola. O segundo trabalho foi realizado a partir dos resultados de uma pesquisa na qual se buscou implementar e avaliar um programa de intervenção com professores de educação infantil, que teve como base a Análise do Comportamento para abordar assuntos relacionados à identificação da Violência Intrafamiliar Infantil.

Lista de Referências

- Brum, E. (2013). Pela Ampliação da Maioridade Moral. Revista Época. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Sociedade/eliane-brum/noticia/2013/04/pela-ampliacao-da-maioridade-moral.html>> Acesso em: 22 de Jul, 2013.
- Garbin, C. A. S., Queiroz, A. P. D. G., Costa, A. A. & Garbin, N. A. J. (2010). *Formação e atitude dos de educação infantil sobre violência familiar contra criança*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 207-216. Editora UFPR.
- Gonçalves, H. S. & Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(1):315-319, jan-fev.
- Minayo, M. C. S. (2006). Parte 1 - Contextualização do debate sobre violência contra crianças e adolescentes. In: Lima, C. A. (Coord.) et al.. (2006) *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- Organização Mundial da Saúde - OMS (2012). Violence Prevention: important element of a health-promoting school. WHO information series health (3). Recuperado em 20 de Maio de 2012, de http://www.who.int/school_youth_health/media/en/93.pdf

Artigo 1

Aspectos Históricos e Jurídicos sobre a Infância e sua Relação com a Violência Intrafamiliar

Débora Letícia Dias¹
Alex Eduardo Gallo²

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Geral e Análise do
Comportamento/ Universidade Estadual de Londrina
Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 Caixa Postal 6001
Cep 86051-990 Londrina/PR
Fone/Fax: (43) 33714227
E-mail: debora-uel@hotmail.com
aedgallo@uel.br

¹ Psicóloga, Especialista em Gestão de Recursos Humanos, Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina.

² Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento. Doutor em Psicologia pela UFSCAR.

Dias, D.L., Gallo, A.E. (2012). *Aspectos Históricos e Jurídicos sobre a Infância e sua Relação com a Violência Intrafamiliar*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil.

Resumo

A família é um sistema aberto e em transformação constante. As ações de cada um de seus membros são orientadas pelas características próprias do sistema familiar, mas podem mudar diante das necessidades e das situações externas. Ao longo do tempo, a instituição familiar passou por modificações na estrutura e funcionamento, principalmente em relação à criança que, em diversas situações, foi vítima de violência. O Estatuto da Criança e do Adolescente surgiu para garantir a toda criança o direito de proteção à vida e à saúde, dentre outros direitos fundamentais, com o auxílio e a realização de políticas públicas. No entanto, as leis não têm sido suficientes, pois, todos os dias um grande número de crianças têm seus direitos desrespeitados, sendo vítimas de diversos tipos de violência. Embora a violência possa ocorrer também na comunidade, em escolas e em outras instituições; muitas vezes, o lar da criança é um dos principais lugares onde ocorre, e a este contexto é dado o nome de Violência Intrafamiliar Infantil. A violência dentro da família pode causar graves danos à saúde física e mental, e pode representar um obstáculo ao desenvolvimento das crianças, principalmente no ambiente escolar. Embora as crianças sejam diferentes entre si, algumas características são comuns a maioria delas. Assim, é importante que os adultos tenham uma boa noção das necessidades de uma criança, pois estas fazem parte do desenvolvimento e podem variar de acordo com a idade. Nesse sentido, os serviços de saúde precisam ocupar um lugar de protagonismo, tanto na participação de redes, como na articulação das mesmas para se realizar ações de proteção integral das crianças e dos adolescentes.

Palavras-chaves: Criança, Família, Violência, Lei.

Dias, D.L., Gallo, A.E. (2012). *Historical and juridical aspects about childhood and their relation with family violence*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil.

Abstract

Family is an open system and on constant transformation. Actions of each member are orientated by own family system characteristics but it can change face needs and external situations. Along history, the family institution passed through modifications on structure and functions specially related to children, being victim of violence on diverse situations. The child and adolescent statute guaranties to every child the right of life and health protection among others, assisting public policies from birthday to development. However, laws are not enough because, every day, a large number of children have their rights violated, being victims of diverse violence. Although violence can occur on community, schools and other institutions, many times home is the main place where take places and this context is called child family violence. Violence in family can cause severe damage to physical and mental health and can be a disadvantage to development of children on school environment. However children are different from each other, some characteristics are common to many of them. So, it is important adults have good knowledge about children needs because it can vary according to age. Health service needs to take place, even on service networks and proposing public policies for children and adolescent protection.

Key-words: Child, Family, Violence, Law.

Dentre as definições dadas à instituição família, uma delas está relacionada a um grupo de pessoas que mantém o mesmo sentimento de pertencimento e aos laços afetivos que predominam nessas relações (De Antoni, Barone & Koller, 2007). Podem ser consideradas integrantes da mesma, principalmente se estiverem exercendo a função de cuidador, pai ou mãe; mesmo que não tenham laços de sangue (Day, Telles, Zorato, et.al. 2003).

A família é uma instituição que está sujeita a transformações constantes. As ações de cada um de seus membros são orientadas pelas características próprias do sistema familiar, mas podem mudar diante das necessidades e das situações externas (Minuchin, 1982). De forma que esta pode se configurar de diversas maneiras, como por exemplo: as famílias formadas apenas pela mãe ou pelo pai; as de pais separados que se uniram com outras pessoas; as de casais do mesmo sexo; as nucleares, composta por pai, mãe e filhos; e as estendidas, compostas por várias pessoas que possuem geralmente, laços de parentesco: avós, tios, primos etc (Arruda, Zamora & Barker, 2003).

A estrutura familiar passou e ainda passa por diversas transformações dentro dos contextos sociais, culturais e históricos. Ao longo do tempo, a instituição familiar passou por modificações na estrutura e funcionamento, principalmente em relação à criança que, em diversas situações, foi vítima de violência. Entre os povos egípcios, mesopotâmicos, romanos e gregos, até os povos medievais e europeus, a infância não era considerada merecedora de proteção especial, muitas vezes contando com o consentimento da própria legislação e da cultura (Andrade, 2000, p. 2). Ao longo da história as crianças estiveram sujeitas a diversos contextos de violência, como por exemplo, no Oriente Médio, o Código de Hamurábi (1700-1600 a.C.) autorizava que fosse cortada a mão do filho que batesse no pai, uma vez que esta era considerada o objeto do mal. Também o filho adotivo que se atrevesse a dizer ao pai ou à mãe adotivos que eles não eram seus pais, cortava-se a língua; ao filho adotivo que pretendesse voltar à casa paterna, afastando-se dos pais adotivos, extraíam-se os olhos. Em

Roma (449 a.C.), a Lei das XII Tábuas permitia ao pai matar o filho que nascesse com alguma deformidade mediante o julgamento de cinco vizinhos. Era também de direito do pai a vida, a morte e a venda dos filhos de casamento legítimo. Na Grécia antiga, as crianças que nascessem com deficiência eram eliminadas nos Rochedos de Taigeto. Em Roma e na Grécia, a mulher e os filhos não possuíam nenhum tipo de direito. O pai, o chefe de família, podia castigá-los, condená-los à prisão e até excluí-los da família (Andrade, 2000).

Na Idade Média, a sociedade era hierarquicamente estruturada de acordo com o modelo feudal. Neste período, a instituição familiar era mais moral e social do que sentimental. O ensino das crianças era feito através de contratos de aprendizagem. Por volta dos sete aos nove anos, a família entregava seus filhos a outras famílias para educá-los e recebia filhos de outras famílias também. As crianças eram chamadas de aprendizes e obrigadas a desenvolver todos os tipos de tarefas (serviços domésticos) que lhes eram passadas por seus mestres, inclusive serviços pesados. Este servir era considerado mais do que uma obrigação, pois as crianças não deveriam apenas servir, deveriam servir bem (Ariés, 1978). No Brasil, as crianças órfãs que viajavam nas primeiras embarcações Portuguesas, tinham como obrigação prestar serviços na viagem e se submeter aos abusos sexuais praticados pelos marujos rudes e violentos; e em alguns casos, como em tempestades, era a primeira carga a ser lançada ao mar (Azambuja, 2006).

A partir do século XV a realidade social e os “sentimentos familiares” começaram a se transformar. O mundo se tornou mais complexo, devido às várias descobertas da época do Renascimento, uma nova classe social passou a se desenvolver (burguesia), novas técnicas passaram a ser exigidas e os mestres não eram mais capazes de transmitir tais inovações. O sistema de aprendizagem deixou de ser suficiente e surgiu a necessidade de uma instituição que fosse capaz de cumprir tal tarefa. Assim, a partir desta época, a educação passou a ser fornecida pela escola. O surgimento desta provocou uma mudança na estrutura familiar e em

suas relações de afeto. O antigo sistema de aprendizagem provocava uma ruptura no relacionamento familiar que dificilmente se restabelecia quando as crianças retornavam às suas famílias. À medida que a escola foi se configurando como instituição educacional, essa quebra no relacionamento familiar deixou de existir. A família passou a se tornar um local de permanência, possibilitando a existência de um vínculo entre pais e filhos. A escola veio a ser então, o primeiro grande elemento de transformação das relações e estrutura familiar, fazendo com que a família começasse a se concentrar em torno da criança (Ariés, 1978).

Na Inglaterra, em 1780, as crianças podiam ser condenadas à pena de enforcamento por mais de duzentos tipos penais (Azambuja, 2006). Na Revolução Industrial inglesa, as crianças eram vendidas e trabalhavam durante 10 horas em condições insalubres. Além disso, até 1830 não era crime o espancamento cometido pelos pais (Biscouto, 2012). Em 1860, na França, o Prof. Ambroise Tardieu, presidente da Academia de Medicina de Paris, instituiu o primeiro estudo científico sobre violência infantil, o conceito de criança maltratada. Em 1871, foi fundada em Nova York a Sociedade para a Prevenção da Crueldade contra as Crianças, a partir do caso da menina Mary Ellen. A criança era órfã de mãe, e havia sido abandonada pelo pai, além de ter sofrido severos maus-tratos na família substituta. O fato causou profunda indignação na comunidade da época e foi denunciado na Sociedade para a Prevenção da Crueldade Contra os Animais por não haver um local próprio destinado a receber este tipo de denúncia. Ainda assim, muitas crianças continuaram a sofrer todos os tipos de violência. Nos campos de concentração na segunda guerra mundial, por exemplo, as crianças eram deixadas sem alimento até a morte. No Brasil, em 1890 era considerado crime, somente se a criança morresse por tortura ou espancamento (Biscouto, 2012; Azambuja, 2006).

A Violência Intrafamiliar contra a criança não é um fenômeno que acontece só nos dias de hoje, é possível concluir que de alguma forma, sempre existiu, no entanto nem sempre foi levada em consideração a proteção legal da criança vítima (Biscouto, 2012). É notável que,

por muito tempo a criança passou por diversas situações de maus-tratos, sem ter nada que a protegesse, pois algumas sociedades não atentavam para o conceito de criança maltratada e, dispensavam a este tratamento legislativo conforme a concepção do significado da infância presente em cada momento histórico (Day, et.al. 2003).

Tendo em vista a necessidade de leis que limitassem os maus tratos contra crianças, em 1927 a negligência, o abandono e os maus-tratos³, foram considerados crimes de acordo com a primeira versão do Código de Menores do Brasil (Decreto nº 17943-A, de 12 de outubro de 1927). Em 1979, foi decretada uma segunda versão do mesmo, com o objetivo de proteger legalmente “todas as crianças e jovens tidos como em perigo ou perigosos (por exemplo: abandonado, carente, infrator, apresentando conduta dita anti-social, deficiência ou doente, ocioso, perambulante) eram passíveis, em um momento ou outro, de serem enviados às instituições de recolhimento.” A partir de 1988, passou-se a contar com uma legislação moderna, de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança⁴, que instituiu especificamente no Artigo 2 que “Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.”

Em 1988 a Promulgação da Constituição Federal do Brasil especificou diante dos artigos 227 e 228, os comandos para a Lei Federal n. 8069 o Estatuto da Criança e do

³No presente trabalho serão considerados como sinônimos (maus-tratos, Violência Intrafamiliar Infantil e abuso), sem entrar na semântica dos termos.

⁴A criança é definida como todo o ser humano com menos de dezoito anos, exceto se a lei nacional confere a maioridade mais cedo. Definição de acordo com a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, adotada em 20 de Novembro de 1959.

Adolescente (ECA)⁵, que em 1990 inicia um tratamento diferenciado em prol de uma lei que proteja os direitos constitucionais infanto-juvenis e revoga o que era previsto anteriormente pelo Código de Menores (Azambuja,2006). O Estatuto da Criança e do Adolescente garante a toda criança o direito de proteção à vida e à saúde, dentre outros direitos fundamentais, com o auxílio e a realização de políticas públicas que permitam seu nascimento e desenvolvimento. No entanto, as leis, não têm sido suficientes, pois, todos os dias um grande número de crianças têm seus direitos desrespeitados, sendo vítimas de diversos tipos de violência (Biscouto, 2012).

Embora a violência possa ocorrer também na comunidade, em escolas e em outras instituições; muitas vezes, a casa da criança é um dos principais lugares onde a violência ocorre, e a este contexto é dado o nome de Violência Intrafamiliar Infantil. Um aspecto comum à maioria dos casos de Violência Intrafamiliar Infantil é o fato de que os agressores, em geral, são os pais da criança, alguém próximo dela ou um cuidador (Biscouto, 2012).A Violência Intrafamiliar Infantil é um problema cujas consequências muitas vezes podem ser irreversíveis, podendo resultarem traumas permanentes e mortes precoces (Brino, 2006). Quando existe violência na família, independente da forma como é caracterizada;a saúde, a segurança, a harmonia e a dignidade das pessoas ficam ameaçadas. Além disso, pode causar graves danos à saúde física e mental, e pode representar um obstáculo ao desenvolvimento das crianças, principalmente no ambiente escolar (Arruda, et.al. 2003). Neste sentido, mesmo que muitas vezes não cumpridas, as leis surgem como medidas de proteção às crianças vítimas, com o objetivo de interromper ou até mesmo evitar situações de risco.

Aspectos Jurídicos da Violência Intrafamiliar Infantil

⁵O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) trata-se uma codificação que abrange o mais específico tratamento social e legal que deve ser oferecido às crianças e adolescentes de nosso país, dentro de um conceito de maior proteção e cidadania decorrentes da própria Constituição promulgada em 1988. O ECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, sendo fruto da lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

A violência contra crianças é considerada crime previsto em lei, e de acordo com o Artigo 136 do Código Penal (Brasil, 1961), é definida como “exposição a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-o de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho excessivo ou inadequado de meios de correção ou disciplina”. A violência sexual, por exemplo, praticada de várias maneiras, era enquadrada diferencialmente no plano da lei. Perante a lei brasileira, o estupro, consistia em um ato que admitia somente a mulher como vítima de acordo com o artigo 213 do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1961). Assim, uma relação homossexual forçada não configurava estupro, pois este exigia uma relação heterossexual. Na realização de um estupro envolvendo pessoas do mesmo sexo, o crime era caracterizado como atentado violento ao pudor de acordo com o artigo 214 do Código Penal Brasileiro (Brasil, 1961). No entanto, uma lei complementar atualmente mudou esse entendimento, considerando que, mesmo se não houver conjunção carnal, mas a vítima for menor de 14 anos, é considerado estupro. Além disso, é considerado crime inafiançável, ou seja, o acusado não pode aguardar julgamento em liberdade, devendo ficar preso (Schreiber, 2001).

Segundo o ECA (Brasil, 1990) em seu artigo 5 “Nenhuma criança ou adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punido na forma da lei qualquer atentado, por ação ou omissão, aos seus direitos fundamentais”. O artigo 245 do ECA destaca a obrigatoriedade de todo profissional das áreas da educação ou saúde, em comunicar à autoridade competente os casos de seu conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente. Caso ocorra omissão de denúncia, este recebe como pena uma multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em casos de reincidência. As denúncias podem ser realizadas de forma anônima ou diretamente ao Conselho Tutelar (Brasil, 1990).

O Conselho Tutelar é um dos órgãos responsáveis pelas notificações de casos de Violência Intrafamiliar praticados contra a criança, em sequência esses casos são direcionados ao Sistema de Justiça. Cabe a este órgão receber, entre outras situações de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos praticados contra a referida população. Ainda que o ECA ressalte a importância deste órgão para receber as comunicações de casos de maus tratos - suspeitos ou confirmados - nem todos os municípios brasileiros contam com implementação e funcionalidade integral e mesmo em alguns lugares, funcionam muitas vezes em condições inadequadas (Gonçalves & Ferreira, 2002). Por esse motivo, é de extrema importância a instauração de qualidade desses órgãos, em todos os municípios, para que o atendimento à criança e ao adolescente seja efetivo, tendo em vista assegurar-lhes os direitos básicos, em prol de um desenvolvimento saudável como cidadão (Carvalho, 2002).

É função do Conselho Tutelar, encaminhar ao Promotor de Justiça toda ocorrência de fatos que constituam infração administrativa ou penal contra os direitos da criança ou adolescente (Art. 136, inciso IV, ECA), bem como situações em que sejam necessárias ações de suspensão ou destituição do poder familiar (Art. 136, inciso XI, ECA), independentemente das medidas de proteção (Art. 101 e 129, ECA). De posse das informações, o Ministério Público avaliará a necessidade do ajuizamento de ação de suspensão ou destituição do poder familiar, assim como a adoção das medidas legais cabíveis, tanto na área cível como criminal. Ao propor a ação, no âmbito cível ou mesmo criminal, o Ministério Público aciona o sistema de justiça, dando início a uma nova fase na vida da criança ou do adolescente e de seus pais (Azambuja, 2006).

Embora as denúncias sejam necessárias e de extrema importância, ainda existe certo receio entre alguns profissionais que suspeitam ou acompanham crianças vítimas. Isso ocorre porque alguns temem os transtornos legais advindos da notificação (Gelles, 1997). Além

disso, temem também a reação do agressor denunciado em relação à criança e a quem realizou a denúncia. De acordo com Gonçalves e Ferreira (2002) algumas famílias também não denunciam por se sentirem ameaçadas; e muitas vezes podem fornecer ou negar informações, o que pode impedir o ato de notificar. Em muitos casos, o abusador não é nem mesmo denunciado, e os maus-tratos ocorridos dentro dos lares não são notificados e julgados como deveriam. Muitas vezes isso acontece pelo fato da criança sentir-se desprotegida e não ter a quem recorrer, pois, teoricamente a família é que deveria oferecer a segurança que ela precisa (Schreiber, 2001).

O artigo 227 da Constituição Federal do Brasil diz na sua íntegra: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. Embora seja uma lei a ser cumprida, em muitos casos isso não ocorre e muitas crianças se tornam vítimas e tem seus direitos desrespeitados. Ainda que a sociedade e o Estado tenham como dever garantir os direitos da criança, em última instância, a família geralmente é vista como a figura de maior amparo. E nos casos em que nem mesmo esta cumpre seu dever, é atribuído ao Ministério Público ou a quem tenha legítimo interesse (por exemplo, o guardião que pretende adotar a criança que se encontra sob sua guarda) a ação de suspensão ou destituição do poder familiar (Schreiber, 2001). De acordo com o Art. 157, ECA: “Havendo motivo grave, poderá a autoridade judiciária, ouvido o Ministério Público, decretar a suspensão de pátrio poder familiar, liminar ou incidentalmente, até o julgamento definitivo da causa, ficando a criança ou adolescente confiado a pessoa idônea, mediante termo de responsabilidade.”(Art. 157, ECA).

As causas da ação de suspensão ou destituição do poder familiar são confirmadas nos Artigos 1.637 e 1.638 do Novo Código Civil, assim como no Artigo 22 do Estatuto da Criança e do Adolescente. Assim, caso os cuidados e o poder familiar não estejam de acordo com a lei, esta “legitima o agente ministerial a intentar Ação de Suspensão ou Destituição do Pátrio Poder, sempre que constatar a ocorrência de casos de maus-tratos, opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável” (Schreiber, 2001, p. 137). Sendo assim, espera-se que ambas as medidas, suspensão e destituição do poder familiar, sejam aplicadas somente quando mostrarem a melhor alternativa para a criança ou adolescente envolvido, e não como uma simples punição ou um castigo aos pais, especialmente em face do disposto no Art. 6º, da Lei nº 8.069/90, que diz: Na interpretação desta Lei, levar-se-ão em conta os fins sociais a que ela se dirige, as exigências do bem comum, os direitos e deveres individuais e coletivos, e a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. Verifica-se que a nova lei, regulamentadora do Art. 227 da Constituição Federal, passa a significar um “movimento mais amplo de melhoria, ou seja, de reforma da vida social no que diz respeito à promoção, defesa e atendimento dos direitos da infância e da juventude”(Cury, Silva & Mendez, 1992).

A Lei nº 9.086/90 coloca a possibilidade de afastamento do agressor da moradia comum com a vítima, sempre que verificada a hipótese de opressão ou abuso sexual impostos pelos pais ou responsável (Art. 130, ECA), sendo que “a provisional autorizada pelo artigo deve ser concedida liminarmente, sem audiência do agressor, *ad cautelam*, exatamente para não frustrar a proteção, apesar de terapêutica”. As determinações legais têm como objetivo oferecer proteção integral, uma vez que, historicamente, a criança vítima, além de sofrer os prejuízos dos maus tratos, era institucionalizada e privada do convívio com o restante da família, enquanto o agressor permanecia no lar (Carvalho, 2002).

De acordo com a lei, a criança ou adolescente vítima, tem o direito de permanecer em sua família de origem, determinando o afastamento cautelar não da vítima (o que consistiria

em mais uma violência contra esta), mas sim do agressor, que dependendo da situação pode mesmo ter sua custódia decretada. O artigo 330 do Código Penal impõe a prisão preventiva, caso a ordem judicial de afastamento não seja cumprida (Digiácomo, 2000). É importante considerar também que a separação da criança da família somente deve ocorrer se por algum motivo não existir a possibilidade de afastamento do abusador da moradia comum ou quando a mãe não acredita na criança, faz acusações e a rejeita pelos problemas que se seguem à denúncia. Caso a criança seja afastada, esta deve receber uma completa explicação dos motivos de seu afastamento, pois, é possível que se sinta culpada, acusada, punida e abandonada; caso a situação não seja devidamente explicada. (Furniss, 1993). Na impossibilidade de a criança retornar ao lar, em caráter temporário ou definitivo, por absoluta falta de condições de os pais assumirem os deveres para com o filho, oferece a lei como medida de proteção, prevista no Art. 101, inciso VIII, do Estatuto da Criança e do Adolescente, consistente na colocação em família substituta, através da guarda, tutela e adoção. A guarda não pressupõe a prévia suspensão ou destituição do poder familiar; a tutela exige, no mínimo, a anterior suspensão do poder familiar, ao passo que a adoção vai implicar sempre em perda ou extinção do poder familiar. Além dos direitos fundamentais inerentes a qualquer ser humano, a criança e o adolescente possuem alguns que lhe são especiais pela sua própria condição de pessoa em desenvolvimento. Assim, o Estatuto da Criança e do Adolescente surge com o objetivo de indicar medidas de proteção, passando a considerá-los como sujeitos de direitos e assim romper com os preceitos do Código de Menores, que não especificava tais medidas e era incompatível com a Constituição Federal de 1988, e com a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, de 1989 (Azambuja, 2006).

Conclusão

Embora tenham ocorrido muitas transformações ao longo dos séculos, e mesmo com a legislação que ampara a criança, pode-se perceber que em algumas famílias ainda existem algumas rupturas, e uma delas é a violência. Alguns estudos confirmam que são cada vez mais frequentes os relatos de Violência Intrafamiliar Infantil, tais como: abuso emocional, físico e sexual, além da negligência e do abandono (De Antoni, Mesquita & Koller, 1998).

A partir da concepção que se tem a respeito das conseqüências da Violência Intrafamiliar Infantil, Maia e Willians (2005) se referem ao estudo de Bee (1995) e atentam para a importância de práticas familiares efetivas e bom funcionamento familiar. Desse modo, a família pode se tornar para a criança, tanto fator de risco, como fator de proteção, dependendo do estilo parental utilizado. De acordo com Maia e Williams (2005) existem fatores que envolvem riscos e proteção à criança. Os fatores de risco podem ser considerados aqueles que induzem a um alto grau de tensão e interferem nos padrões normais de resposta e podem estar associados aos distúrbios físicos e mentais, causando efeitos profundamente negativos no decorrer da vida da criança maltratada, principalmente em processos cognitivos, de linguagem, desempenho acadêmico e desenvolvimento sócio-emocional. As autoras mencionam diversas referências na literatura sobre esse assunto. Como exemplo, os estudos realizados por Garnezy (1985) que destacam os fatores de proteção em três categorias: a) atributos disposicionais da criança – atividades, auto-estima, orientação social positiva, autonomia, preferências etc; b) características da família – coesão, afetividade e ausência de discórdia e negligência etc; c) fontes de apoio individual ou institucional disponíveis para a criança com pares e pessoas de fora da família, suporte cultural, atendimento individual como atendimento médico ou psicológico, instituições religiosas etc.

Assim como a atuação da família como fator de proteção é também importante, a articulação entre vários tipos de profissionais de serviços e de setores (principalmente da

saúde e educação) também é uma condição necessária para se realizar uma ação de proteção integral das crianças e dos adolescentes. Esse trabalho inclui o cumprimento da legislação, programas assistenciais e informativos, de prevenção e acolhimento de famílias e crianças envolvidas em contextos de Violência Intrafamiliar Infantil. Nesse sentido, a justiça, os serviços de saúde e educação precisam ocupar um lugar de protagonismo, tanto na participação de redes, como na articulação das mesmas para se realizar ações de proteção integral das crianças e dos adolescentes (Oliveira, Pfeiffer, Ribeiro, Gonçalves & Ruy, 2006).

Lista de Referências

- Andrade, A. P. (2000). A convenção sobre os direitos da criança em seu décimo aniversário: avanços, efetividade e desafios. *Revista Igualdade XXVIII*. Disponível em: <http://www2.mp.pr.gov.br/cpca/telas/ca_igualdade_24_2_1_2.php> Acesso em: 26 de jul. de 2012.
- Ariés, P. (1978). *História social da criança e da família*. 2ed. Rio de Janeiro: Zahar.
- Arruda, S., Zamora, M. H., Barker, G. Org. (2003). Projeto Fortalecendo Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes. *Cuidar sem Violência, Todo Mundo Pode. Guia Prático para Famílias e Comunidades*. 108 pp.
- Azambuja, M. R. F. (2006). Violência sexual intrafamiliar: é possível proteger a criança? *Textos & Contextos* (Porto Alegre), Vol. 5, No 1.
- Bee, H. (1995). *A Criança em Desenvolvimento*, trad. Maria Adriana Veríssimo Veronese. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Biscouto, K. D. (2012). Avaliação de um programa de intervenção em práticas educativas para mães sociais. Dissertação de mestrado. Mestrado em Análise do Comportamento. Universidade Estadual de Londrina.
- Brasil, (1961). *Código Penal Brasileiro*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil, (1990). Lei nº 8069 de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. jul. 2012.
- Brasil, (1990). Lei nº 8069 de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. jul. 16.
- Brino, R. F. (2006). *Professores como agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Avaliação de um Programa de Capacitação*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos.
- Brino, R.F.&Williams, L.C.A. (2006). Brazilian teachers as agents to prevent child sexual abuse: An intervention assessment. Em D. Daro (Ed.). *World perspectives on child abuse*. Chicago: ISPCAN – *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect*.
- Carvalho, R. M. (2002). In: Cury, M., Amaral, A. F. & Mendez, E. G. (coords.). *Estatuto da Criança e do Adolescente Comentado*. 5ª ed. São Paulo: Malheiros.

- Código Civil Brasileiro (2002). Lei 10.406 de 10 de janeiro de 2002. Encontra-se em vigor desde 11 de janeiro de 2003. *Diário Oficial da União*. jul. 2012.
- Cury, M., Silva, A. F. A. & Mendez, E. G. (Orgs.). (1992). *Estatuto da criança e do adolescente comentado*. São Paulo: Malheiros.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M. Reis, M. G., Cardoso, R. G. & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul* [online]. vol.25, suppl.1, pp. 9-21.
- De Antoni, C., Mesquita, J. & Koller, S. H. (1998). Perfil de meninas maltratadas: Levantamento de dados em uma casa de passagem [Resumo]. In Sociedade Brasileira de Psicologia do Desenvolvimento (Org.), *Anais do II Congresso Psicologia do Desenvolvimento* (p. 46). Gramado, RS: SBPD.
- Digiácomo, M. J. (2000). O Conselho Tutelar e a Medida de Abrigamento. *Revista Igualdade*, Curitiba: Centro de Apoio Operacional das Promotorias da Infância e Juventude do Ministério Público do Paraná, v. 8, n. 27, p. 1-12, abr./jun.
- Furnis, T. (1993). Abuso sexual da criança: Uma abordagem multidisciplinar - Manejo, terapia e intervenção legal integrados. Porto Alegre: Artesmédicas
- Garnezy, N. (1985). Stress-resistant children: The search for protective factors. In J. E. Stevenson (Ed.), *Recent research in developmental psychopathology* (pp. 213-233). New York: Pergamon.
- Geles, R. (1997). *Intimate violence in families*. 3rd ed. London, Sage.
- Gonçalves, H. S. & Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(1):315-319, jan-fev.
- Hoefel, M., G. & L., Barker, S. L. (2006). O trabalho infantil doméstico como violência. In: Lima, C. A. L. (Coord.) *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde. p.111-123.
- Maia, J.M.D. & Williams, L.C.A. (2005). Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão de área. *Temas em Psicologia*, 13, (2), 91-1003.

Minuchin, S. (1982). *Famílias: funcionamento & treinamento*. Porto Alegre, Artes Médicas.

Oliveira, V.L., Pfeiffer, L.,Ribeiro, C. R.,Gonçalves,M. T. G. &Ruy, I. A. E. (2006). Capítulo XIII - Redes de proteção: novo paradigma de atuação – experiência de Curitiba – In: Lima, C. A. (Coord.) et al.. (2006) *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).

Schreiber, S. (2001). Tortura e Impunidade: a difícil efetivação das normas de proteção dos direitos humanos no Brasil. *Direito Federal, Brasília-DF*, v. 66, p. 333-348.

Artigo2**Avaliação de Capacitação para Professores sobre Violência Intrafamiliar Infantil**Débora Letícia Dias⁶Alex Eduardo Gallo⁷

Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia Geral e Análise do
Comportamento/ Universidade Estadual de Londrina
Rodovia Celso Garcia Cid, PR 445, KM 380 Caixa Postal 6001
Cep 86051-990 Londrina/PR
Fone/Fax: (43) 33714227
E-mail: debora-uel@hotmail.com
aedgallo@uel.br

⁶ Psicóloga, Especialista em Gestão de Recursos Humanos, Mestre em Análise do Comportamento pela Universidade Estadual de Londrina.

⁷ Professor Adjunto do Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento da Universidade Estadual de Londrina e do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento. Doutor em Psicologia pela UFSCAR.

Dias, D.L., Gallo, A.E. (2013). *Avaliação de Capacitação para Professores sobre Violência Intrafamiliar Infantil*. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil.

Resumo

A Violência Intrafamiliar Infantil é considerada aquela que acontece dentro da família ou até mesmo no lar onde a criança convive. Às vezes cometida por algum parente ou pessoas que tenham função parental, ainda que sem laço de consanguinidade, e pode ser caracterizada de formas diferentes como: física, psicológica, sexual e negligência. O presente estudo foi elaborado a partir da preocupação com o expressivo número de crianças que sofrem Violência Intrafamiliar e de uma tentativa de contribuir para o desenvolvimento de programas de capacitação para professores em relação ao tema. Assim, foi implementado um programa de capacitação para professores, com base nos princípios da Análise do Comportamento que visou à prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil. Também foram avaliados os efeitos do programa em relação ao conhecimento do tema antes e após a intervenção. Neste estudo foi utilizado o Delineamento de Sujeito Único. Participaram do programa de capacitação 59 professores de educação infantil. Sendo que, somente 45 responderam ao pré e pós-teste. Foram realizados quatro encontros na Universidade Estadual de Londrina, um a cada semana, com duração de quatro horas cada um. No primeiro encontro os participantes responderam ao Questionário de Avaliação de Conhecimentos Sobre Fatores de Risco e Proteção e ao Questionário de Conhecimento Sobre Violência Intrafamiliar Infantil pré-intervenção. Após a intervenção foram utilizados os mesmos instrumentos de avaliação do primeiro encontro. Os dados foram analisados de acordo com a ordem de utilização dos instrumentos de medida, de forma qualitativa e quantitativa a partir dos resultados obtidos nos questionários pré e pós-teste. Os resultados mostraram que 8 professores permaneceram com o mesmo desempenho nas duas avaliações, 8 decaíram em relação ao pós-teste e 29 obtiveram uma melhora na avaliação após os encontros. Espera-se que o trabalho possa contribuir para a divulgação de conceitos da Análise do Comportamento no contexto da Violência Intrafamiliar Infantil a profissionais que atuam em contextos relacionados à criança.

Palavras-chave: Capacitação de Professores, Análise do Comportamento, Professores, Prevenção à Violência.

Dias, D.L.& Gallo, A.E. (2013). Evaluation of training for professors on intrafamily infant violence. *Masterthesis*. Universidade Estadual de Londrina. Londrina, Paraná, Brasil.

Abstract

Child family violence is considered the one that happens among families or even into home child lives. It is done by some relative or people who might have parenting role, even with no blood ties and can be characterized on: physical, psychological, sexual and neglect. The present study was elaborated from the concern on expressive number of children victims of family violence and an attempt to contribute to development of training programs for teachers about the subject. So, a training program for teachers was run, based on behavior analysis principles aiming at the prevention of child family violence. The program effects on knowledge before and after intervention were accessed. Participated 59 children teachers and only 45 answered pre and posttest. We did 4 meetings on university campus, one each week, four hours long. On first meeting, participants answered Questionário de Avaliação de Conhecimentos Sobre Fatores de Risco e Proteção and the Questionário de Conhecimento Sobre Violência Intrafamiliar Infantil. After the training, the same instruments of first meeting were used. Data were analyzed according the order of instruments were applied, on quantitative and qualitative ways based on results on pre and posttest. Results showed 8 teachers had same performance on both situations, 8 showed decreasing performance and 29 showed increased performance from pre to posttest. We believe the study can contribute to divulge behavior analysis concepts related to family violence to professionals who work with children.

Keywords: Teachers Training, Behavior Analysis, Teachers, Prevention of Violence.

A violência é uma das questões sociais que mais causam preocupação e é abordada como um problema de saúde pública em todo o mundo. Especificamente, a Violência Intrafamiliar, que se refere a todas as formas de abuso que acontecem entre os membros de uma família, caracteriza as diferenças de poder entre estes, e podem envolver a relação de abuso que incluem condutas de uma das partes em prejudicar o outro (Seldes, Ziporovich, Viota & Leiva, 2008). Dentre os tipos de Violência Intrafamiliar, a Violência Intrafamiliar Infantil ⁸é definida como aquela que acontece dentro da família ou até mesmo no lar onde a criança convive; cometida por algum parente ou pessoas que tenham função parental, ainda que sem laço de consanguinidade, e pode ser caracterizada de formas diferentes como: física, psicológica, sexual e negligência. Geralmente é mantida por meio das relações de subordinação e dominação e é um dos principais motivos para as crianças fugirem de casa e do convívio familiar (Williams, 2004).

A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2012) adota a definição de maus-tratos ou abuso como:

(...) todas as formas de maus tratos físicos e/ou emocionais, abuso sexual, negligência, tratamento negligente ou exploração comercial, ou, ainda, qualquer outro tipo de exploração que resulte em danos reais ou potenciais à saúde, ao desenvolvimento, à sobrevivência ou à dignidade da criança e do adolescente no contexto de uma relação de responsabilidade, poder ou confiança. (p. 59)

A Violência Intrafamiliar contra crianças e adolescentes que ocorre no país, tem cada vez mais repercussão na mídia, no entanto, muitos casos continuam na invisibilidade, pois nem todos são notificados por meio de denúncias (Pires & Miyazaki, 2005). A dificuldade envolvida em realizar as denúncias torna o contexto ainda mais arriscado, uma vez que a

⁸No presente trabalho serão considerados como sinônimos (maus-tratos, Violência Intrafamiliar Infantil e abuso), sem entrar na semântica dos termos.

criança continua sendo exposta ao agressor. Por esse motivo, a violência contra a criança pode demorar a ser caracterizada e prolongar-se por muito tempo. A atitude de não denunciar o ato pode estar relacionada à cumplicidade dos adultos da família, dependência emocional e/ou financeira, falta de entendimento das conseqüências, desconhecimento da legislação ou ao medo que as vítimas têm em denunciar o abusador. O problema da Violência Intrafamiliar Infantil não ocorre de forma fragmentada, e sim de forma dinâmica. Ou seja, a criança pode estar sofrendo violência física e psicológica ao mesmo tempo, por exemplo, mas nem sempre é possível identificar todas as formas de abuso de forma tão evidente. Por isso, é importante que se faça uma definição adequada e didática com o objetivo de que alguns critérios de identificação sejam compreendidos e tenham implicações práticas para a prevenção e o manejo. Os principais tipos de maus tratos passíveis de notificação serão descritos a seguir (Pires & Miyazaki, 2005).

A Negligência é a omissão de responsabilidade e de cuidados básicos de atendimento às necessidades físicas e emocionais prioritárias e de proteção à criança frente a situações graves que podem ser evitadas. Uma forma de negligência considerada grave é o abandono, que por sua vez evidencia a ausência de um vínculo adequado dos responsáveis para com a criança. Para Gomide (2004) pais negligentes agem como espectadores e não como participantes ativos da educação dos filhos. Assim, esse tipo de violência é considerada a forma mais frequente de maus tratos e inclui a negligência física, emocional e educacional. A Negligência Física abrange a maioria dos casos de maus tratos e caracterizam problemas como: ausência de cuidados médicos pelo não reconhecimento ou admissão por parte dos pais ou responsáveis, abandono ou expulsão da criança de casa por rejeição, ausência de alimentação, cuidados de higiene, roupas, proteção a alterações climáticas, imprudência ou desobediência às regras de trânsito, falta de medidas preventivas para evitar intoxicação exógena, supervisão inadequada (como deixar a criança sozinha e sem cuidados por longos

períodos). A Negligência Emocional inclui ações como falta de suporte emocional, afetivo e de atenção, exposição crônica à violência doméstica, permissão para o uso de drogas e álcool (sem intervenção), permissão e encorajamento de atos delinquentes, recusa ou não procura por tratamento psicológico quando recomendado. A Negligência Educacional compreende: permissão para faltar às aulas, não realização da matrícula em idade escolar e recusa para matricular a criança em escola especial quando necessário (Pires & Miyazaki, 2005).

A Violência Física pode ser praticada de forma intencional, isto é, não acontece de forma acidental, e tem como objetivo ferir e lesar a vítima. Na maioria das vezes este tipo de violência deixa marcas no corpo, o que possibilita seu diagnóstico. As marcas indicativas do abuso incluem hematomas, escoriações, lacerações, contusões e queimaduras. O grau de violência física pode variar consideravelmente e as agressões mais frequentes incluem tapas, beliscões, chineladas, chutes, cintadas, murros, queimaduras com brasa de cigarro, água quente e ferro elétrico, intoxicação com psicofármacos, sufocação, mutilação, espancamentos e agressões que conduzem à morte. A Síndrome do Bebê Sacudido (Shaken Baby Syndrome) é destacada como subtipo da violência física. Este termo é utilizado para denominar uma agressão frequentemente praticada e que não deixa marcas. Envolve sacudir ou chacoalhar fortemente a criança, principalmente no sentido ântero-posterior, podendo provocar graves lesões cerebrais, hemorragias oculares, causar atraso no desenvolvimento psicomotor e morte (Pires & Miyazaki, 2005).

A Violência Sexual pode ser definida como uma situação em que a criança é usada para satisfação sexual hetero ou homossexual, com base em uma relação de poder, utilizando força física, cujo agressor esteja em estágio de desenvolvimento psicosssexual mais adiantado do que a criança, sendo que este pode usar de influência psicológica, uso de armas ou drogas como formas de coerção (Pires & Miyazaki, 2005). Pode ser caracterizado de duas maneiras: sem contato físico (telefonemas obscenos, exibicionismo e voyeurismo) e com contato físico

(atos físico-genitais, estupro, sadismo, pornografia e prostituição infantil) (Brino, 2006). A violência sexual pode incluir desde carícias não consentidas, manipulação de genitália, mama ou ânus, olhar perturbador e insistente, cantadas obscenas, relações sexuais com menores de 14 anos – mesmo com consentimento. Esta prática é considerada violência presumida porque até essa idade, entende-se que o jovem não tem maturidade para a tomada de decisões dessa natureza (Arruda,Zamora& Barker, 2003).

A Violência Psicológica é considerada toda ação ou omissão que causa ou visa a causar dano à autoestima, à identidade ou ao desenvolvimento da pessoa. Inclui ameaças, humilhações, agressões, chantagens, discriminação e exploração. É a prática mais difícil de ser identificada, embora ocorra com bastante frequência. Pode levar a criança a se sentir desvalorizada, ansiosa e a adoecer com facilidade. Em situações mais graves pode até levar ao suicídio (Arruda et al., 2003).

Consequências da Violência Intrafamiliar Infantil

A criança agredida em sua própria casa, local onde supostamente estaria protegida da violência, fica exposta a uma situação de grande desamparo. O fato de conviver com seu agressor e enfrentar o pacto do silêncio que costuma envolver as pessoas mais próximas nesse tipo de situação, estilos parentais disfuncionais ou mesmo a redes de apoio ineficazes, podem ser considerados fatores de risco⁹ para a criança e podem apresentar consequências extremamente prejudiciais ao seu desenvolvimento e ao seu ambiente social a curto e longo prazo (Garbin, Queiroz, Costa& Garbin, 2010; Gallo & Williams, 2008).

Os efeitos da exposição à Violência Intrafamiliar Infantil podem ser observados nas funções cognitivas e emocionais, na dinâmica escolar e social (Pereira, Santos & Williams, 2009). Os sintomas mais frequentes são: falta de motivação, isolamento, ansiedade,

⁹Eventos negativos e estressores que, quando presentes, aumentam a probabilidade de o indivíduo apresentar problemas físicos, sociais e emocionais.

comportamento agressivo, depressão, baixo desempenho e evasão escolar, dificuldade de aprendizagem, pouco aproveitamento, repetência e necessidade de educação especial (Brancahona, Fogo & Williams, 2004).

Os prejuízos relacionados à Violência Intrafamiliar Infantil podem surgir como danos imediatos: pesadelos repetitivos, raiva, culpa, vergonha, medo do agressor e de pessoa do mesmo sexo que este, quadros fóbico-ansiosos e depressivos agudos, queixas psicossomáticas, isolamento social e sentimentos de estigmatização. Podem também acontecer como danos tardios: aumento significativo na incidência de transtornos psiquiátricos, dissociação afetiva, pensamentos invasivos, ideação suicida, fobias mais agudas, níveis intensos de ansiedade, medo, depressão, isolamento, raiva, hostilidade e culpa, cognição distorcida, tais como sensação crônica de perigo e confusão, pensamento ilógico, imagens distorcidas do mundo e dificuldade de perceber a realidade, redução na compreensão de papéis complexos e dificuldade para resolver problemas interpessoais (Day, Telles, Zoratto, et al., 2003).

O abuso sexual infantil além de apresentar todas as consequências já citadas, pode também apresentar a curto prazo: curiosidade sexual excessiva, auto-conceitonegativo, tentativa e/ou comportamento suicida, raiva e/ou hostilidade, masturbação excessiva ou pública, sentimento de vergonha e/ou culpa, baixa auto-estima, medos, pesadelos e dificuldades para dormir, excitabilidade aumentada, falta de competência social com pares, colocar objetos nos órgãos genitais, fuga de casa, pedidos de estimulação sexual, brinquedos e/ou jogos sexualizados, conhecimento sexual inapropriado para a idade, evitação de determinadas pessoas e lugares, retraimento, isolamento, transtornos alimentares. Em longo prazo a criança abusada sexualmente pode apresentar consequências como: risco quatro vezes maior para qualquer tipo de distúrbio psiquiátrico, risco três vezes maior de alcoolismo, depressão, ansiedade, ajustamento social pobre e falta de confiança em outras pessoas,

esquiva, transtornos dissociativos, transtorno de estresse pós-traumático, transtornos alimentares (falta de apetite, bulimia e anorexia nervosa), transtornos psicossomáticos (doenças de pele, gastrites, fadiga e cansaço) e alterações do sono (Brino, 2006).

Andery e Sérgio (1997) afirmam que violência é sinônimo de coerção, embora seja discutível igualar violência ao termo coerção, porque nem toda coerção é um exemplo de violência. O termo coerção é utilizado como a presença de controle aversivo nas interações entre os homens e a natureza. Controle aversivo envolve punição, reforçamento negativo (fuga e esquiva) e privações socialmente impostas (Sidman, 1989/2003). Semelhante a outros grupos sociais, a família também pode exercer algumas formas de controle coercitivas entre si e principalmente em relação à criança (Banaco, 2008).

De acordo com Sidman (1989/2003):

Em casa, o abuso físico e verbal pode, realmente, manter filhos e esposos subservientes. Pais podem expressar desprazer com crianças e esposos uns com os outros, batendo neles ou isolando-os, retirando posses e privilégios, ou deixando de se comunicar. Quaisquer destas punições tornarão a ofensa menos provável de ocorrer novamente. Mas todas estas formas de coerção familiar tornam o lar um local do qual fugir. Dentre as consequências deste tipo de relação serão encontrados divórcio, abandono, doença mental e suicídio. (p. 18,19)

Sidman (1989/2003) não faz uma menção direta à Violência Intrafamiliar Infantil, no entanto, esta pode também ser considerada uma forma coerção. Além disso, o autor destaca algumas respostas emocionais aversivas geradas por controle coercitivo que podem ser comparadas às consequências da Violência Intrafamiliar Infantil, como: ansiedade, raiva, que são incompatíveis com a aprendizagem de novas respostas e redução de repertório (no caso de fuga e esquiva); diminuição da efetividade dos processos de discriminação em casos de

punição (ensina apenas o que não deve ser feito) e debilidade do organismo no caso de privação intensa (Banaco, 2008). Além disso, Sidman (1989/2003) coloca que a coerção como punição pode se tornar um estímulo punitivo condicionado quando partes do ambiente da criança sinalizam punição. Ou seja, uma vez que a criança foi agredida fisicamente, por exemplo, o mero ato de levantar a mão pode indicar a punição, gerar efeitos colaterais e tornar sob controle desse estímulo tanto o agressor quanto a criança.

Embora muitos cuidadores utilizem a coerção como forma de educar, algumas atitudes punitivas podem ultrapassar os limites da educação, chegando a ser caracterizada como algum tipo de violência, principalmente, quando deixa sequelas ou marcas físicas na criança. O projeto de lei 2.654/2003, intitulado "Lei da Palmada", causou grande polêmica no país por proibir o uso de castigos moderados. Isso porque muitas pessoas acreditam que a lei representa uma interferência direta do Estado na forma como os pais devem educar os filhos. Alguns acreditam que uma "palmada" pode ajudar na educação. No entanto, esta lei foi aprovada por unanimidade na Comissão Especial da Câmara dos Deputados, com o objetivo de reforçar o controle da Justiça sobre casos de violência contra crianças e adolescentes. Precedendo a Lei da Palmada e também com o objetivo de proteger os direitos da criança, outras leis também foram criadas. O ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei Federal nº 8069) entrou em vigor no ano de 1990 no Brasil, sendo responsável por muitas mudanças no cenário do país em relação à proteção dos direitos das crianças e dos adolescentes (Maia & Williams, 2005). Embora a legislação que vigora atualmente, mencione "maus-tratos", não especifica quais castigos não podem ser aplicados pelos pais ou responsáveis.

A violência contra crianças é considerada crime previsto em lei, e de acordo com o Artigo 136 do Código Penal, é definida como "exposição a perigo a vida ou a saúde de pessoa sob autoridade, guarda ou vigilância, para fim de educação, ensino, tratamento ou custódia, quer privando-a de alimentação ou cuidados indispensáveis, quer sujeitando-a a trabalho

excessivo ou inadequado de meios de correção ou disciplina” (Brasil, 1961). Os maus tratos contra crianças acontecem há muito tempo, e provavelmente alguns profissionais ligados à área de proteção infantil já intervinham de alguma forma. O artigo 245 do ECA, destaca a obrigatoriedade de todo profissional das áreas da educação ou saúde, em comunicar à autoridade competente os casos de seu conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente, cabendo pena prevista caso tal comunicação não ocorra. Caso ocorra omissão de denúncia, este recebe como pena uma multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em casos de reincidência (Brasil,1990).

A Importância do Professor na Prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil

Para combater a Violência Intrafamiliar Infantil, primeiramente é necessário identificá-la e conhecer também quais são os direitos da criança. Assim, se torna mais evidente a necessidade de um trabalho interdisciplinar, em que vários profissionais, incluindo professores, médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais, no exercício de suas atividades, estejam envolvidos com o atendimento e a defesa dos direitos da criança e suas violações. A atuação desses profissionais é fundamental na identificação e prevenção da violência contra criança, pois pode determinar o seu rompimento, impedir que muitos casos continuem acontecendo e interromper o ciclo deste tipo de abuso (Acioli, Lima, Braga, et.al. 2011).

A escola como instituição social educativa e de cidadania, local de referência de valores sociais, culturais e éticos, tem relevância na sociedade e apresenta condições favoráveis no sentido de identificar casos suspeitos (Brino& Williams, 2003). Os professores são considerados a referência de pessoa adulta mais próxima para a identificação em casos de suspeitas de Violência Intrafamiliar Infantil. Além disso, têm contato direto e diário com as crianças que passam uma grande parte do tempo na escola. Especificamente os professores de

educação infantil têm papel importante, sendo que, o quanto antes a violência for identificada, menos a criança ficará exposta ao risco de crescer em um ambiente prejudicial (Almeida, Santos & Rossi, 2006). De acordo com Brino e Williams (2003) falta uma discussão qualificada acerca da Violência Intrafamiliar, no âmbito da formação inicial e continuada dos professores, o que tem levado, muitas vezes, à escolha de atitudes equivocadas em relação ao encaminhamento e à solução do problema.

A partir de uma intervenção envolvendo os profissionais que trabalham com a criança, Brino e Williams (2006) apontaram que uma possível forma de habilitá-los a evitar a ocorrência de abusos, seria capacitá-los a conseguir identificar os sinais que podem estar ligados a este tipo de contexto, e discriminar os fatores iniciais das cadeias de comportamentos que levam à Violência Intrafamiliar Infantil. Para Wolfe (1998), prevenir situações abusivas é uma estratégia fundamental para minimizar as consequências negativas ao desenvolvimento da criança. Assim como estar preparado e saber como lidar com esse tipo de contexto, e realizar denúncias, se necessário.

A escola e seus professores podem desempenhar um importante papel, não só por meio da identificação e notificação de casos, como também redimensionando sua própria atuação (Granville, Souza, Menezes, et.al. 2009). A identificação dos casos implica a identificação de fatores de risco em vários níveis: grupos sociais, estressores específicos ocorrendo na família, comportamento parental abusivo, características físicas e comportamentais da criança (Bastos & Alcântara, 2006). Além de buscar aprofundamento conceitual, o profissional responsável pela criança precisa se instrumentalizar para registrar e notificar adequadamente a violência. A experiência tem demonstrado que registrar os casos com precisão e riqueza de detalhes auxilia não apenas quem atende, mas a toda a rede de auxílio, apontando para maior resolução do problema e, principalmente, para a saída da vítima da situação de violência em menor período de tempo (Felizardo, Zürcher & Melo, 2006).

O trabalho de Prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil, é caracterizado em três níveis: Prevenção Primária, Secundária e Terciária. O enfoque primário tem como objetivo a eliminação ou redução dos fatores sociais, culturais e ambientais que propiciam os atos agressivos. As ações envolvidas podem ser realizadas por meio de capacitações com pessoas que convivem diretamente com a criança, como pais e professores. Um enfoque secundário tem como objetivo a identificação precoce de crianças em situação de risco, impedindo a repetição dos atos agressivos, considerando que a postura dos profissionais que lidam com a criança pode produzir ou amenizar danos psicológicos à mesma. Por fim, o enfoque terciário tem como objetivo o acompanhamento da vítima e do agressor por profissionais capacitados, a fim de amenizar ou evitar as conseqüências do abuso (Brino & Williams, 2006; Wolfe, 1998).

Muitos profissionais encontram dificuldade quanto à conduta correta a ser tomada diante de crianças que sofrem violência, isso porque, em alguns casos a sociedade considera a prática do castigo e da autoridade comum e reconhecida, frequentemente, como normal, principalmente no espaço privado ou domiciliar, tida como forma de educar (Acioli, Lima, Braga et al. 2011). Por isso é necessário investir em informações e programas de treinamento acerca do tema, principalmente com profissionais que convivem com crianças, pois uma equipe bem treinada pode detectar boa parte dos casos e contribuir para a prevenção dos maus tratos (Day et al. 2003). Programas de intervenção, de modo geral, objetivam a prevenção desse tipo de problema, além de prevenir também problemas de relacionamento, psicológicos, emocionais e comportamentais. A demanda por intervenções em grupos é cada vez maior, por ter custos menores, atingir um número maior de pessoas e proporcionar trocas de experiências. A partir da melhoria dos serviços, recursos seriam alocados nas variáveis efetivas do programa, sendo que menos verba seria despendida, resultando em economia de recursos públicos (Weber, Salvador & Brandenburg, 2007).

No Brasil, muitos trabalhos são realizados com professores a fim de capacitá-los para atividades específicas (Brino & Williams, 2003; Brino, 2006; Fornazari, Torresani, França, Caputo, Xavier, 2007; Fornazari, Kienen, Vila, Rossetto, Proença, Nantes, 2012). Em relação exclusivamente a trabalhos de capacitação de professores e prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil pouco se têm publicado. Embora não se descarte a possibilidade de existirem trabalhos nessa área, a problematização da questão envolve mais pesquisas e publicações para atuação interdisciplinar. Um exemplo desse tipo de trabalho é encontrado em Brino (2006) que teve como objetivo elaborar, implementar e avaliar um programa de intervenção para professores no sentido de capacitá-los a atuar como agentes de prevenção do abuso sexual infantil. O programa foi realizado contando com a participação de 101 professores de Escolas Municipais Infantis do município de São Carlos (SP), de 2.918 crianças de 4 a 6 anos, alunos desses professores e 2.732 familiares das crianças. Todos os professores preencheram uma escala – Indicadores de Abuso Sexual – IAS, em três momentos distintos, antes, durante e após o término do programa. O Programa de intervenção com os professores foi realizado em doze encontros que contemplaram questões básicas acerca do abuso sexual contra a criança, ações preventivas e o planejamento de atividades dos professores com as crianças e com as mães. Os resultados obtidos na aplicação do IAS para os professores demonstraram que eles melhoraram seu conhecimento sobre sintomas específicos de abuso sexual, mas mantiveram seu desempenho estável quanto aos sintomas inespecíficos. Como medida de avaliação adicional foi realizado um levantamento dos casos notificados de abuso sexual entre os anos de 2002 e 2005 no município que indicou um aumento no número de denúncias após a realização do trabalho. De maneira geral, a avaliação do programa possibilitou verificar que o trabalho foi relevante para as escolas e para a comunidade, além de apontar a necessidade de planejar e avaliar ações preventivas do abuso sexual em outros setores da sociedade.

Assim, a partir da relevância de buscar ferramentas para a prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil, o presente estudo foi elaborado com o objetivo de realizar uma intervenção com professores buscando propiciar informações sobre o tema.

Objetivos

Objetivo Geral

Avaliar um programa de capacitação para professores sobre Violência Intrafamiliar Infantil, com base nos princípios da Análise do Comportamento.

Objetivos específicos

- Identificar o conhecimento antes e após a capacitação.
- Comparar se existem diferenças em relação ao conhecimento do tema Violência Intrafamiliar Infantil antes e após a intervenção e assim avaliar sua relevância.

Método

Aspectos éticos

De acordo com as determinações exigidas à pesquisa científica, todas as condutas éticas foram observadas na condução deste trabalho. Após este ter sido apreciado e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de Londrina, foi solicitado junto à Secretaria de Educação do Município de Londrina, autorização para a realização da pesquisa com os professores de Ensino Fundamental da rede pública de ensino. Em seguida, foi dado início aos encontros com os educadores, assegurando-lhes o pleno direito de sigilo, confidencialidade, ausência de riscos e prerrogativa de interrupção a qualquer momento, caso desejassem. As adesões foram livres e voluntárias, formalizadas com a assinatura do TCLE - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. O documento citado apresentou aos

participantes: a pesquisa, os principais objetivos e riscos envolvidos, esclarecimentos sobre o caráter voluntário na participação da pesquisa e dispôs dados para contato com a pesquisadora. (Apêndice A)

Participantes

Foram convidados a participar do estudo professores de educação infantil e ensino fundamental (1ª a 4ª séries) de escolas públicas da cidade de Londrina. A idade e o sexo não foram critérios de exclusão e somente participaram da capacitação, os profissionais que demonstraram interesse. Sessenta e três professores se inscreveram no Programa de capacitação, sendo que 59 participaram efetivamente de maneira integral dos encontros. No entanto, somente 45 responderam aos instrumentos pré e pós-intervenção. Após o início dos encontros havia possibilidade de ser excluído o participante que apresentasse absenteísmo, duas vezes consecutivas sem justificativa.

Local

Os encontros foram realizados em salas da Universidade Estadual de Londrina, no Centro de Ciências Biológicas. O local comportava todos os participantes, as salas eram devidamente preparadas, com cadeiras e mesas para os mesmos; projetor de imagem *datashow*, computador, cadeira e mesa para o profissional responsável pela condução da capacitação.

Instrumentos de Coleta de Dados

Diário de Campo

Foram realizadas algumas observações e anotações sobre acontecimentos e relatos verbais dos participantes durante as sessões de intervenção, pela pesquisadora e por uma colaboradora, aluna do Programa de Mestrado em Análise do Comportamento da

Universidade Estadual de Londrina, cadastrada sob supervisão de um orientador. Também foram realizadas algumas filmagens (encontro 1 e 3) para melhor rigor das observações e anotações.

Questionário de Avaliação de Conhecimento Sobre fatores de Risco e Proteção

Este instrumento foi elaborado por Maia e Williams (2005). O questionário contém trinta e duas afirmações que devem ser respondidas como verdadeiras ou falsas. As questões abordam assuntos referentes ao conhecimento sobre Violência Intrafamiliar Infantil, tais como características da criança que sofre algum tipo de abuso, relações familiares de risco, atuação e papel do Conselho Tutelar, dentre outras.

Questionário de Conhecimento Sobre Violência Intrafamiliar Infantil (Apêndice B)

Foi também utilizado um questionário elaborado pela pesquisadora, com o objetivo de investigar questões relacionadas ao conhecimento e opinião dos professores em relação à Violência Intrafamiliar Infantil. O instrumento é composto por dezoito questões abertas e constam também dados pessoais de identificação dos participantes. Optou-se pelo uso deste instrumento, pois o mesmo permite que o participante aborde o tema de modo livre e reflexivo e também que as questões pertinentes ao objetivo do estudo sejam mais aprofundadas.

Instrumentos de Capacitação

O material oferecido foi um Manual para Pais e Professores sobre Violência Intrafamiliar (submetida), desenvolvida como atividade do programa de formação complementar 00077/UEL e uma Cartilha de Atividades (Apêndice C) desenvolvida pela pesquisadora, contendo questões em que os conceitos eram baseados no conteúdo apresentado

nos encontros e no Manual. As atividades foram divididas em blocos de dez questões objetivas por aula (três aulas) e apresentados em grau crescente de dificuldade.

Ambos os materiais foram enviados por e-mail para as escolas participantes, sendo que cada professor ficaria responsável por seu material. A Cartilha de Atividades apresentava um parágrafo de ‘orientações’ que precediam as questões. Assim, as atividades foram divididas em blocos de acordo com os encontros, apresentaram questões fechadas sobre o tema, visando à aprendizagem em unidades simples, em ordem pré-determinada para que o participante tivesse condições de prosseguir para outra unidade de aprendizagem. Os professores foram orientados a realizar as atividades extraclasse e entregarem-nas ao final de cada encontro subsequente.

Procedimento

A realização da capacitação ocorreu nos dias: 06/11/2012, 13/11/2012, 27/11/2012 e 04/12/2012. Os encontros foram realizados uma vez por semana, com duração de quatro horas cada um. Em todos eles, os professores assinaram uma lista de presença como critério para o cumprimento de horas que deu direito ao certificado ao final da capacitação. Os conteúdos dos encontros foram direcionados de acordo com o planejamento e o tempo disponível em cada dia. Os assuntos foram explanados com apoio de recursos áudio visuais (slides com o conteúdo, vídeos, fotos, etc.) e os temas abordados foram norteados pelos princípios da Análise do Comportamento. Alguns tópicos suscitaram questionamentos por parte dos professores e foram respondidos na medida em que surgiam as dúvidas. Os questionários de avaliação da intervenção foram aplicados no primeiro e também no último encontro. A Tabela 1 apresenta os tópicos abordados em cada encontro da capacitação.

Tabela 1

Temas e Atividades desenvolvidos em cada sessão do Programa de Intervenção

Encontro	Objetivos/Temas	Atividades
1	<p>Objetivos: Termo de consentimento; Coleta de dados - Aplicação dos instrumentos (questionários) e Conceituação dos temas.</p> <p>Temas: Conceito de violência; Controle Aversivo; Família/modelos; Tipos de violência; Mitos e realidades, Consequências da violência; Prevenção.</p>	<p>Discussão sobre os tópicos apresentados.</p> <p>Questionamentos.</p>
2	<p>Objetivos: Retomar conceitos da sessão anterior; instruir sobre a importância do papel do professor.</p> <p>Temas: Prevenção (continuação); Fatores de risco e proteção; Comportamento infantil sexualizado; Papel do professor em relação à Violência Intrafamiliar Infantil (filme Preciosa: Uma História de Esperança).</p>	<p>Comentários sobre o filme exibido (Preciosa: Uma História de Esperança), papel do professor na prevenção; Estudo de caso.</p>
3	<p>Objetivos: Apresentar formas de identificação e encaminhamento.</p> <p>Temas: ECA; Análise Funcional (pré-requisitos) de casos envolvendo Violência Intrafamiliar Infantil; Cuidados básicos na abordagem com a criança vitimizada.</p> <p>Palestra: Tipos de Violência, Casos encaminhados.</p>	<p>Palestra (discussão sobre os temas); Continuação de comentários sobre o filme (Preciosa); Papel do Professor em relação à Violência Intrafamiliar Infantil; Estudos de Casos.</p>
4	<p>Objetivos: Revisão do conteúdo; coleta de dados (pós-intervenção).</p> <p>Tema: Todos os temas apresentados durante a capacitação.</p>	<p>Esclarecer dúvidas;</p> <p><i>Feedback</i>;</p> <p>Aplicação dos instrumentos.</p>

Encontro 1

No primeiro encontro com os participantes foi realizada a apresentação da pesquisadora responsável pela condução da capacitação e da colaboradora. Em seguida explicações sobre o projeto, duração e seus objetivos. Os professores também foram instruídos sobre: a utilização dos materiais didáticos disponibilizados (Cartilha de Atividades e Manual sobre Violência Intrafamiliar); os critérios sobre frequência (faltas) e sobre o recebimento do certificado ao final da capacitação.

Após as apresentações e orientações, foram coletadas as assinaturas do TCLE e da lista de presença. Em seguida, os questionários sobre Violência Intrafamiliar Infantil foram distribuídos para a coleta de dados pré-intervenção (Questionário de Avaliação de Conhecimentos Sobre Fatores de Risco e Proteção e Questionário de Conhecimento Sobre Violência Intrafamiliar Infantil) para obtenção de informações acerca dos conhecimentos dos profissionais sobre o tema proposto.

Na sequência, foi dado início ao tema: Violência Intrafamiliar Infantil, e foram abordados os seguintes tópicos: conceito de violência; os modelos de família; os tipos de violência; mitos e realidades; consequências da violência e prevenção. A apresentação foi realizada com a utilização de slides, fotos e vídeos sobre maus-tratos infantis, formas de abuso, consequências, exemplos sobre mitos e verdades sobre o assunto. Também foram apresentadas as principais características de abuso (sinais, comportamentos e sintomas) de todos os tipos de Violência Intrafamiliar Infantil (negligência, abuso físico, abuso sexual e abuso psicológico) além dos tipos de Prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil; primária, secundária e terciária. Também foi explicado aos professores o conceito de controle aversivo que, envolve punição, reforçamento negativo (fuga e esquiva) e privações socialmente impostas.

No segundo encontro foi dada continuidade ao tópico “Prevenção”, pois não houve tempo suficiente no encontro anterior. Também foram explorados os tópicos sobre os fatores de risco e proteção individuais, de relacionamento, do contexto social e familiar da criança; alguns quadros e exemplos foram apresentados com o objetivo de orientar sobre o que é saudável e natural, sobre o que é tido como preocupante e o que deve ser levado à ajuda profissional adequada e legal em relação ao comportamento infantil sexualizado. Em seguida, os professores assistiram ao filme “Preciosa: Uma História de Esperança”, no qual uma adolescente sofre todos os tipos de Violência Intrafamiliar (física, psicológica, sexual e negligência) e após a exibição do filme algumas questões foram levantadas rapidamente pelos professores, no entanto não houve tempo para discuti-las e as mesmas foram discutidas no encontro seguinte. Foi mencionada também rapidamente a importância do papel do Professor em relação à Violência Intrafamiliar Infantil e apresentado o estudo de caso que os professores deveriam entregar no próximo encontro para ser discutido juntamente com o filme e o papel do professor acerca do assunto em questão.

Encontro 3

Este encontro teve a participação de uma psicóloga e também diretora do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social) da cidade de Londrina, que ministrou uma palestra sobre a Violência Intrafamiliar Infantil e esclareceu algumas dúvidas dos professores pertinentes ao tema e recorrentes em suas escolas. Após a palestra foram discutidas algumas cenas do filme “Preciosa: Uma História de Esperança” e reforçados os conceitos sobre o tema e que aparecem nas cenas do filme, como por exemplo: os tipos de violência que a adolescente sofria, a relação de Preciosa com a mãe, com a assistente social, as novas relações sociais da personagem – com a professora e amigos, as mudanças ocorridas em seu ambiente etc. Além disso, por meio do filme foi possível destacar a importância do

professor nos contextos que envolvem a Violência Intrafamiliar, como rede de apoio da criança/adolescente que é vítima.

Na sequência foram apresentados aos professores alguns artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), como por exemplo, o artigo 245 que destaca a obrigatoriedade dos profissionais que tem proximidade com crianças vítimas, em denunciar às autoridades competentes os casos suspeitos e/ou confirmados. Por fim, foram explicados aos professores quais os cuidados básicos na abordagem com a criança vitimizada, juntamente com a explicação da Análise Funcional do Comportamento, que é ferramenta fundamental da Análise do Comportamento para uma compreensão mais abrangente dos contextos de Violência Intrafamiliar, sem se restringir somente às características listadas e convencionadas que a criança vítima pode apresentar. Este procedimento foi explicado com o objetivo de que os professores compreendessem que a Violência Intrafamiliar Infantil ocorre dentro de um contexto, assim como os comportamentos apresentados pelas crianças. Esse tipo de análise é necessária para que os comportamentos característicos de crianças abusadas sejam identificados adequadamente e não se restrinjam somente a análises topográficas e para que não se corra o risco de uma análise superficial com interpretações errôneas e precipitadas que levem a uma conclusão que rotule qualquer comportamento como consequência de Violência Intrafamiliar Infantil. Outra atividade realizada neste encontro foi o estudo de caso sugerido no encontro anterior, que foi discutido e possibilitou aos professores analisarem um caso de maus tratos, que envolvia aspectos relacionados a fatores de risco e proteção da criança naquele contexto. Esta atividade foi entregue à pesquisadora juntamente com o bloco de atividades do Encontro 2 ao final do encontro 3 por alguns dos professores.

Encontro 4

No quarto e último encontro foram revisados todos os conteúdos apresentados nos encontros anteriores, utilizando-se os mesmos materiais apresentados (fotos, vídeos, estudos

de caso, etc.) com o objetivo de enfatizar o conhecimento em relação ao tema. Também foram esclarecidas as dúvidas pendentes e os professores receberam e concederam *feedback* sobre a participação no programa de capacitação. Os instrumentos de avaliação foram respondidos novamente, na fase designada de pós-intervenção e por fim, foram entregues os certificados a todos os participantes que tiveram presença integral no programa de capacitação.

Análise dos Dados

A coleta dos dados foi realizada por meio de instrumentos de medida (questionários) e a análise desses foi realizada de forma qualitativa e quantitativa a partir dos resultados obtidos nos questionários pré e pós-teste para determinar se ocorreram mudanças relacionadas ao conhecimento dos participantes, referentes às habilidades adequadas em lidar com o contexto de Violência Intrafamiliar Infantil.

A análise quantitativa contemplou os dados de caracterização dos participantes, tais como: idade, tempo de experiência como docente, escolaridade, estado civil, número de filhos, sexo e número de filhos. Alguns dados foram analisados de forma geral com o objetivo de obter informações relevantes a respeito do grupo. Esses dados de grupo foram necessários para ‘filtrar’ os dados dos participantes selecionados para a realização da análise qualitativa dos questionários. A análise qualitativa fundamentou-se na análise do núcleo temático de algumas respostas apresentadas pelos professores no questionário de questões discursivas.

Foram analisadas também as atividades da cartilha realizadas pelos participantes como complemento da avaliação, visto que os dados obtidos apresentaram resultados relevantes.

Resultados

Os resultados foram analisados de acordo com a ordem de utilização dos instrumentos de medida, ou seja, avaliações pré-teste e em seguida, avaliações pós-teste.

Caracterização dos Participantes

Após considerar a importância do professor na sociedade e na rede de relações sociais da criança, e também como profissional mais próximo desta, alguns critérios sobre a caracterização do grupo participante, em função das variáveis: idade, tempo de experiência como docente, escolaridade, estado civil, sexo e número de filhos; também foram analisados.

De acordo com as análises de caracterização verificou-se que a média de idade dos participantes foi de 39,84 e variou de 22 a 65 anos. Em relação ao tempo de experiência, a média foi de 14,13 anos. Sendo que a participante que trabalha há mais tempo como professora possuía 31 anos de experiência, enquanto que a com menos tempo de experiência possui 10 meses de experiência. Apenas quatro professores encontravam-se acima da média do grupo em relação ao tempo de experiência. Os participantes lecionavam na educação infantil, que foi o público alvo para o qual capacitação foi oferecida.

Em relação a formação dos participantes, todos os concluíram o Ensino Superior, 55% possuíam Especialização em áreas afins, 3% possuíam Mestrado e 5% dos participantes não responderam a essa questão. Quanto ao estado civil, 56% dos participantes indicaram ser casados, 24% solteiros, 8% divorciados, 2% em união estável, 5% separados e 5% que não responderam a questão. A grande maioria, 95% dos participantes inscritos no programa eram do sexo feminino, apenas 5% eram do sexo masculino. Em relação ao número de filhos 5, 37% dos participantes responderam que não têm filhos, enquanto que 29% têm apenas um, 20% responderam que têm dois filhos, e com três filhos, são 12%. Apenas 2% dos participantes têm quatro filhos. A Figura 1 apresenta o desempenho de todos os participantes antes e após a intervenção.

Análise Quantitativa

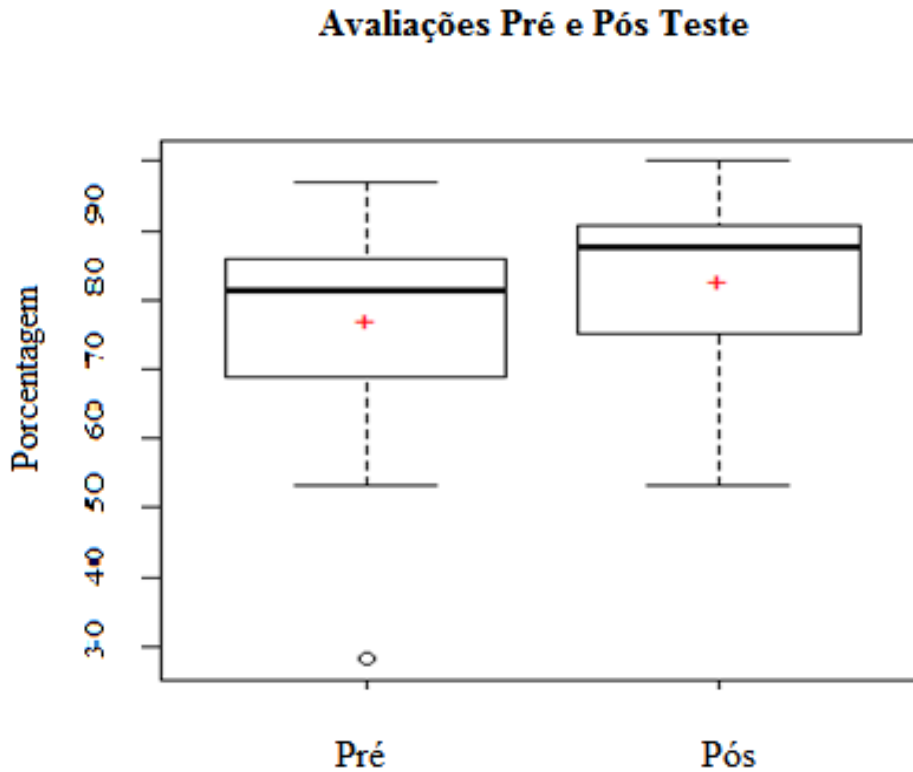


Figura 1. Porcentagem média, desvio padrão e variância nas avaliações pré e pós-teste. Nota= O ponto (sinal de +) representa a média das notas. Os valores analisados dizem respeito aos presentes em ambas as avaliações.

A Figura 1 demonstra o resultado das variâncias das notas entre as duas aplicações (pré e pós-teste) do **Questionário de Avaliação de Conhecimento Sobre Fatores de Risco e Proteção**. É possível notar que além da média das notas no desempenho pós-teste ter aumentado, houve também um aumento na homogeneidade dos valores percentuais dos acertos pós- intervenção. Ou seja, os participantes que apresentaram desempenho abaixo da médiano pré-teste alcançaram no pós-teste, média semelhante aos participantes que tiveram bom desempenho na primeira avaliação. A variância caiu 48% depois da intervenção em relação ao pré-teste. Comparando as variâncias, onde a variância pré-teste foi de 172,93 contra 107,19 do pós-teste, pode-se afirmar que houve uma melhora de 61% na homogeneidade das respostas corretas após a intervenção. A análise dos coeficientes de variação (CV) também

demonstrou um aumento da porcentagem de acertos nos testes pós-intervenção. Com CV de 0,1719 os valores do pré são 72% maiores que o CV de 0,1246 do pós. As duas análises apontam para a afirmação de que houve melhora nas notas do teste pós-intervenção.

Para avaliar se houve diferença significativa nas médias das notas utilizou-se do teste $T(Student)$ para médias pareadas com intervalo de confiança de 95%. O teste apontou que as médias não são estatisticamente iguais, ou seja, o valor médio da avaliação pré não está significativamente contido no intervalo de confiança da avaliação pós nem o oposto. O intervalo de confiança gerado para as notas do teste pré com nível de significância de 95% apontou para uma região entre 72,5% e 80,4% como valores iguais a média que foi de 76,46% de acertos. Para o teste das notas pós com os mesmos índices de confiança, foi obtido o intervalo de 79,94% a 86,1% como região média e média de 83,05%. O teste T demonstrou que houve um acréscimo de 6,59 % entre as notas do pós-teste em relação ao pré. A Tabela 2 apresenta o desempenho pré e pós de todos os participantes.

Tabela 2

Porcentagem de acertos pré e pós-teste de todos os participantes.

Participante	Pré-teste	Pós-teste
P1	96,8	96,8
P2	81,2	75,0
P3	93,7	100
P4	65,6	75,0
P5	81,2	84,3
P6	75,0	75,0
P7	28,1	65,6
P8	56,2	93,7
P9	81,2	87,5
P10	78,1	87,5
P11	56,2	71,8
P12	71,8	84,3
P13	65,6	84,3
P14	90,6	90,6
P15	71,8	53,1
P16	78,1	87,5
P17	87,5	87,5

P18	90,6	87,5
P19	75,0	90,6
P20	81,2	87,5
P21	65,6	71,8
P22	68,7	90,6
P23	59,3	81,2
P24	90,6	90,6
P25	71,8	84,3
P26	68,7	84,3
P27	87,5	84,3
P28	84,3	87,5
P29	93,7	87,5
P30	84,3	84,3
P31	81,2	90,6
P32	81,2	87,5
P33	84,3	93,7
P34	84,3	84,3
P35	68,7	65,6
P36	53,1	93,7
P37	87,5	90,6
P38	84,3	87,5
P39	84,3	90,6
P40	71,8	62,5
P41	71,8	62,5
P42	68,7	68,7
P43	65,6	68,7
P44	78,1	87,5
P45	93,7	90,6

De acordo com a Tabela 2, é possível concluir que dos 45 participantes que responderam aos questionários pré e pós-teste, 29 tiveram uma ascensão no desempenho pós-teste, 8 apresentaram baixo desempenho e 8 permaneceram com a mesma porcentagem de acertos que apresentaram no pré-teste. Desses participantes, 32 apresentaram um aumento na porcentagem em relação ao próprio desempenho e em relação à média do grupo, 5 participantes apresentaram aumento somente em relação ao próprio desempenho, mas não aumentaram se comparados ao grupo, 6 participantes permaneceram com o mesmo desempenho do pré-teste, no entanto ficaram acima da média do grupo, 9 participantes apresentaram uma baixa na porcentagem pós-teste em relação ao próprio desempenho, no

entanto, 4 participantes mesmo com desempenho abaixo de seu pré-teste, apresentaram média acima do grupo.

Seleção estatística dos participantes

Após a análise quantitativa dos dados de todos os participantes, foi possível selecionar uma amostra menor para a análise qualitativa. Esse procedimento foi aplicado devido ao tamanho inicial da amostra de participantes ser muito grande para a realização da análise de todos os dados. Assim, dos dados de quarenta e cinco participantes, somente dez foram analisados quantitativa e qualitativamente. Para a seleção, foram utilizados alguns critérios que serão descritos a seguir.

1º Critério: Assiduidade

O primeiro critério estipulado foi a presença em todas as atividades, ou seja, apresentar 100% de assiduidade, responder aos questionários pré e pós intervenção e as atividades da Cartilha.

2º Critério: Teste de médias pré- teste

O teste de médias com um intervalo de confiança de 95% com um p-valor = 0.007, definiu como abaixo da média todos os valores menores que 73,32% de aproveitamento. O intervalo aceito para esta amostra compreende valores entre 73,32 a 80,84. Esse critério foi utilizado para que fossem selecionados somente os participantes que estivessem abaixo da média para uma melhor análise do desempenho pós-teste.

3º Critério: Tempo de Experiência

O teste de médias para o tempo de experiência com um intervalo de confiança de 95% e um p-valor = 2^{-16} , definiu como dentro da média os valores de 11.8 a 16.3 anos de experiência e da amostra total observada apenas quatro professores indicados na Tabela 2, como acima da média do grupo (P3, P4, P5 e P10). O participante P6 foi o único que apresentou média de experiência estatisticamente igual a do grupo, o restante da lista tem o índice abaixo do referido parâmetro. Os dados de desempenho dos dez participantes apresentados na Tabela 3 foram selecionados para a análise qualitativa.

Tabela 3

Porcentagem de acertos pré e pós-teste dos participantes selecionados, relacionada com tempo de experiência como docente.

Participantes selecionados	Porcentagem de acertos pré-teste	Porcentagem de acertos pós-teste	Tempo (em anos) de experiência
P1	28,1	65,6	6
P2	56,2	93,7	9
P3	56,2	71,8	20
P4	65,2	84,3	31
P5	65,2	71,8	23
P6	68,7	90,6	12
P7	59,3	81,2	9
P8	68,7	65,6	10
P9	53,1	93,7	5
P10	65,6	68,7	20

A Tabela 3 apresenta o desempenho pré e pós-teste dos dez participantes selecionados de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente. Observa-se que, houve um aumento

na porcentagem de acertos no pós-teste da maioria dos participantes, sendo que apenas um participante (P8) apresentou uma queda no desempenho.

Cartilha de Atividades

A Cartilha de Atividades foi utilizada como material de capacitação e também instrumento de avaliação. A partir da análise da Cartilha de Atividades, foi possível obter dados de avaliação sobre o conteúdo apresentado em cada um dos encontros. As atividades eram divididas em blocos de dez questões objetivas para cada aula. Os dados foram analisados a partir dos resultados de todos os participantes e também dos dez participantes selecionados conforme mostram as Figuras 2 e 3 respectivamente.

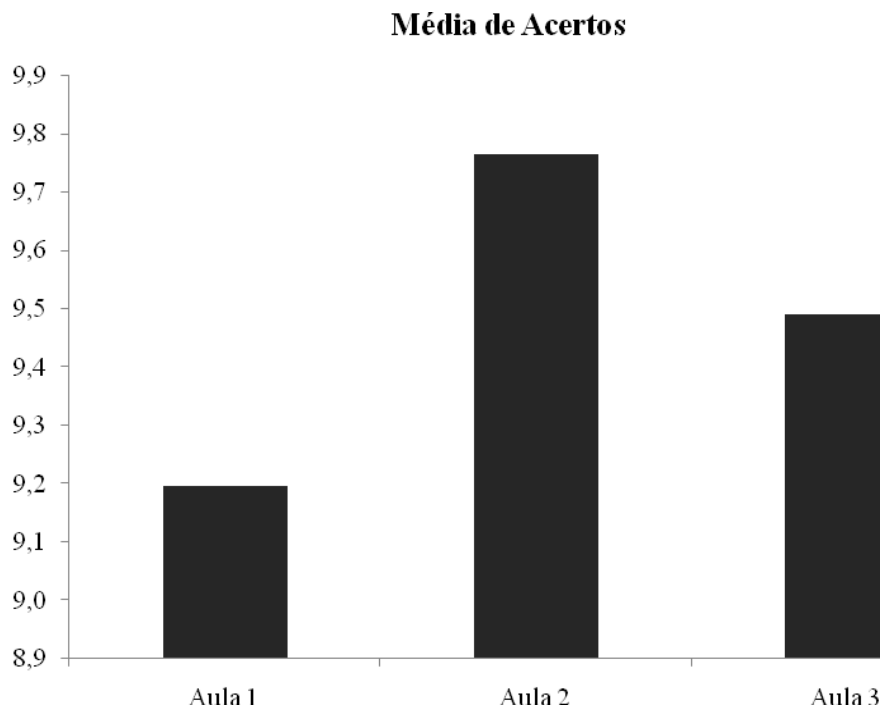


Figura 2. Desempenho na Cartilha de Atividades (todos os participantes).

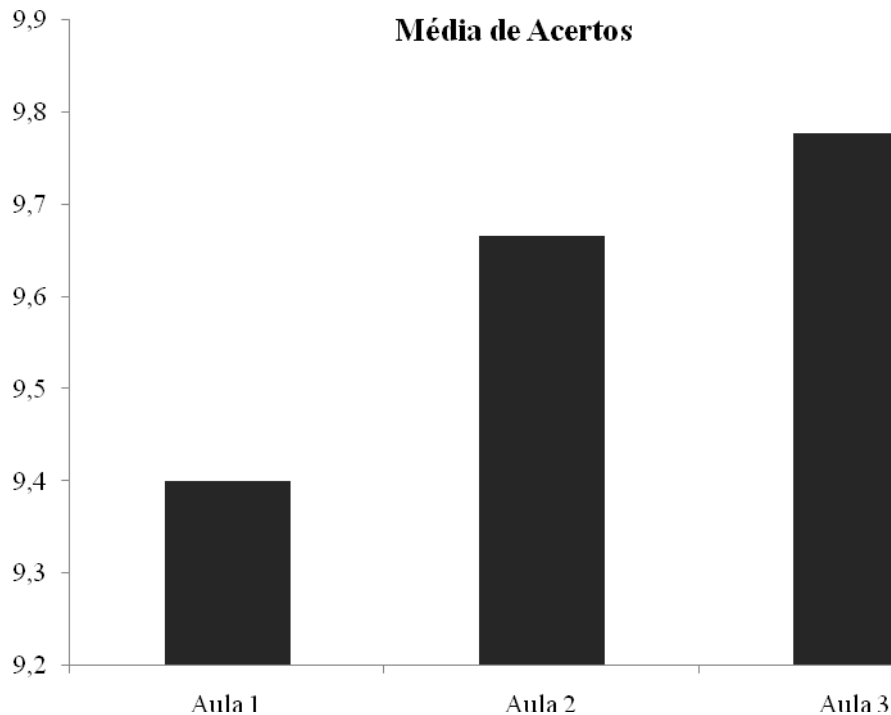


Figura 3. Desempenho na Cartilha de Atividades (dez selecionados).

Os dados das Figuras 2 e 3 apontam que houve um bom aproveitamento de todos os participantes e também dos dez participantes selecionados em relação às atividades da Cartilha. A partir da Figura 2 pode-se observar um destaque maior ao desempenho dos participantes no bloco de atividades da Aula 2. Esse dado pode estar relacionado ao fato da Aula 2 contado com a participação da maior parte dos professores. Além disso, parte do conteúdo abordado neste bloco de atividades está relacionada ao filme “Preciosa: Uma História de Esperança” que apresentou bastante relação com os temas apresentados na capacitação.

A baixa no desempenho dos participantes na Aula 3 (Figura 2) pode estar relacionada ao conteúdo apresentado, que continha questões agrupadas em unidades simples, mas o conteúdo era apresentado em grau crescente de dificuldade conforme os assuntos eram abordados, além disso, incluiu alguns artigos do ECA e outros conteúdos que não estavam contidos no Manual, mas que foram explorados nos encontros.

Os dados da Figura 3 demonstram o desempenho dos dez participantes selecionados, em ordem crescente de desempenho, o que possibilita confirmar uma maior proximidade com o tema a cada encontro. A Tabela 4 apresenta o desempenho de cada um dos dez participantes selecionados, nas atividades referentes a cada aula.

Tabela 4

Quantidade de acertos por aula apresentados na Cartilha de Atividades.

Participantes selecionados	Acertos Aula 1	Acertos Aula 2	Acertos Aula 3
P1	9	10	10
P2	10	10	10
P3	10	9	10
P4	10	10	9
P5	9	10	10
P6	9	10	10
P7	10	10	10
P8	10	10	10
P9	9	0	0
P10	8	8	9

Conforme observado nos dados acima, é possível concluir que praticamente todos os participantes apresentaram bom desempenho em relação às atividades da Cartilha. Os participantes P1, P2, P3, P4, P5, P5, P7, P8 e P10 apresentaram uma média de aproximadamente 98%. Apenas o participante 9 (P9) não apresentou dados referentes ao seu desempenho em todas as aulas. No entanto existem variáveis que podem ter influenciado os resultados e serão apresentadas na discussão deste trabalho.

Análise Qualitativa

Foram analisados somente os questionários dos dez participantes selecionados, de acordo com os critérios estabelecidos anteriormente. As questões (04, 12, 13, 16 e 17) foram analisadas por meio do núcleo temático das respostas. A escolha das questões e a opção por determinadas unidades temáticas é uma conjunção de fatores relacionados aos objetivos do estudo e às teorias explicativas adotadas pela pesquisadora. As questões selecionadas abrangem de maneira contextual grande parte das informações relevantes para o estudo e se baseiam nos objetivos da pesquisa.

Questões:

- 04.** Quais seriam seus critérios para identificar?
- 12.** Quais comportamentos você considera sinais de violência?
- 13.** Qual a melhor maneira de lidar com os problemas de Violência Intrafamiliar Infantil?
- 16.** O que você faria se tivesse em sua sala de aula situações comprovadas de Violência Intrafamiliar Infantil?
- 17.** O que você faria diante de suspeitas de Violência Intrafamiliar Infantil?

Segue abaixo a tabela com as unidades temáticas selecionadas das respostas de cada participante e a análise qualitativa das mesmas.

Tabela5
Análise de Questionários.

Quest/ Parti cipante	Q04 Critérios para identificação		Q12 Comportamentos sinalizadores de violência		Q13 Maneiras de lidar		Q16 O que faria em situações comprovadas		Q17 O que faria em situações suspeitas	
	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS
P1	Mudança Comportamento Corpo Família	Mudança Comportamento Corpo Família	Agressividade Apatia Mudança de comportamento Relato da criança	Negligência Agressões – físicas e psicológicas		Órgãos responsáveis Ajuda Diálogo	Ajuda profissional Órgãos de proteção à criança	Direção escolar Órgãos responsáveis Proteção	Conversar – família e escola Cuidado	Direção escolar Órgãos responsáveis
P2	Mudança Comportamento Agitação Apatia	Mudança Comportamento Hematomas Dificuldade aprendizagem Relação familiar	Não respondeu	Prejuízo físico e psicológico	Não respondeu	Identificação Redes de proteção	Ajuda especializada	Direção escolar Denúncia Órgãos responsáveis	Não respondeu	Atenção Conversa
P3	Agressividade Marcas no corpo Tristeza Timidez	Marcas no corpo Ausência dos pais Medo Agressividade Timidez	Timidez Agressividade Tristeza Rebeldia	Timidez Agressividade Intolerância	Conhecimento Órgãos competentes	Órgãos competentes Apoio Escola	Equilíbrio emocional Investigar Encaminhar Órgãos competentes Valorizar a criança	Direção escolar Denúncia Conselho tutelar	Conselho Tutelar CRAS Orientação familiar	Relatos Denúncia
P4	Comportamento Relato	Comportamento	Marcas no corpo Insegurança Agressividade Timidez	Tristeza Distração Isolamento Choro	Conversar Encaminhar Órgãos competentes	Encaminhar Família Órgãos competentes Acolhimento	Denúncia Encaminhar Órgão de proteção à criança	Cuidado Paciência	Conversa Família Escola	Denúncia

P5	Ferimentos Apatia Agressividade	Comportamento Hematomas	Ferimentos Apatia Agressividade	Violência Apatia Isolamento Medo Baixo desemp. escolar	Encaminhar Órgãos competentes	Denúncia	Denúncia	Denúncia	Investigar	Certeza Denúncia
Quest/ Parti cipante	Q04 Critérios para identificação		Q12 Comportamentos sinalizadores de violência		Q13 Maneiras de lidar		Q16 O que faria em situações comprovadas		Q17 O que faria em situações suspeitas	
	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS	PRÉ	PÓS
P6	Mudanças Comportamento Relacionamento	Comportamento Família Observação Corpo	Hematomas Tristeza Apatia Agressividade Medo	Agressividade Depressão Rebeldia Desempenho escolar Medo	Órgãos competentes	Família Órgãos de proteção à criança	Ajuda Supervisora Diretor	Equipe escolar	Conversa Criança Supervisor Investigar	Observação Conversa Direção escolar
P7	Marcas no corpo Mudanças Comportamento Relatos Brincadeiras Criança	Marcas no corpo Mudanças Comportamento Relatos Família	Agressividade Isolamento Apatia Curiosidade sexual	Apatia Agressividade Choro Sexualidade inadequada	Órgãos competentes Investigar Intervenções	Acolhimento Denúncia	Denúncia Acolhimento	Denúncia	Denúncia	Denúncia
P8	Quietude Agressividade	Comportamento Agressividade Diálogos Hematomas	Apatia Desequilíbrio emocional Incoerência verbal	Apatia Isolamento Agressividade	Discrição Calma Órgãos capacitados Encaminhar	Órgãos competentes	Atenção Conversar	Não sabe	Direção da escola Encaminhar Órgãos competentes	Direção Órgãos competentes
P9	Ouvir Entender Criança	Irritabilidade Sexualidade inadequada	Marcas no corpo Palavrões Comportamento	Marcas no corpo Distúrbios psicológicos Agressividade	Órgãos competentes Palestras Esclarecer	Apoio Órgãos competentes	Direção Encaminhar Órgãos responsáveis	Coordenação	Investigar Órgãos Responsáveis	Órgãos competentes

Dentre as respostas apresentadas, algumas categorias apareceram mais de uma vez e por mais de um participante (principalmente no pós-teste), como por exemplo:

- Questão 4 - Mudança, Comportamento, Corpo, Família, Agressividade.
- Questão 12 – Negligência, Agressões físicas e psicológicas, Agressividade, Tristeza, Baixo desempenho escolar, Apatia, Isolamento, Marcas no corpo.
- Questão 13 – Órgãos responsáveis, Identificação, Redes de proteção, Apoio, Escola, Encaminhar, Denúncia.
- Questão 16 – Direção escolar, Órgãos responsáveis, Proteção, Conselho tutelar, Denúncia, Equipe escolar.
- Questão 17 -Direção escolar, Órgãos responsáveis, Relatos, Denúncia, Direção escolar.

Embora alguns participantes não tenham respondido algumas questões, foi possível notar que as respostas apresentadas principalmente no pós-teste indicaram categorias abordadas na intervenção. Ou seja, as respostas semelhantes entre os participantes podem ter sido consequência dos conhecimentos adquiridos na capacitação, pois acredita-se na hipótese de que quanto mais aparecessem essas semelhanças nas respostas, sinalizariam que maior relevância tiveram.

As respostas foram analisadas de acordo com categorias selecionadas como núcleo temático, ou seja, palavras-chaves que se destacaram nos comentários dos participantes em cada questão apresentada. Observa-se que em relação à questão 04a maior parte dos participantes manteve as mesmas afirmações concernentes aos critérios para a identificação da criança que apresenta comportamentos relacionados à Violência Intrafamiliar Infantil. Em relação à questão 12 apresentaram respostas dadas com base nos comportamentos

considerados sinais de violência apresentados pela criança vítima. Somente P1 respondeu a questão no pós-teste se referindo aos comportamentos sinalizadores de violência por parte do agressor. Nas questões 13,16 e 17 os participantes apresentaram respostas vagas no pré-teste, como por exemplo: “buscar ajuda”, pois não especificaram quem poderia ajudar nesse contexto. No entanto no pós-teste algumas respostas se mostraram mais específicas e os participantes citaram como “órgãos responsáveis” aqueles que podem oferecer ajuda em situações que envolvem Violência Intrafamiliar Infantil, como o Conselho Tutelar.

De acordo com a análise das respostas foi possível observar que os resultados dos questionários abertos confirmam as respostas dos questionários fechados. O participante 1 (P1), por exemplo, apresentou um dos maiores desempenhos pós-teste (pré = 28,13/ pós = 65,62) de acordo com os dados quantitativos, e apresentou respostas coerentes em todas as questões selecionadas. No entanto, essa hipótese não pode ser levantada para se referir à P2, pois este apresentou desempenho significativo na análise quantitativa (pré = 56,25/ pós = 93,75), mas não respondeu três das cinco questões selecionadas para a análise qualitativa. No entanto, isso não significa que P2 não possa ter adquirido conhecimento nenhum. Os resultados referentes ao participante 3 (P3) também confirmaram a hipótese de que parece ter adquirido conhecimento. Seu desempenho (pré = 56,25/ pós = 71,87) também foi coerente em ambos os testes. P4 respondeu a todas as questões e teve 65,23 no pré-teste e 84,37 no pós-teste. O participante 5 (P5) foi bastante repetitivo em suas respostas, no entanto demonstrou coerência nas mesmas, e teve desempenho pré = 65,23/ pós = 71,87 na análise quantitativa. O participante 6 (P6) mostrou coerência e objetividade em suas respostas, o que também confirma seu desempenho pré = 68,75/pós = 90,62 na análise anterior. P7, assim como P5, repetiu algumas respostas, mas foi coerente em todas e seu desempenho quantitativo também confirma esses dados pré = 59,38/ pós = 81,25. O participante 8 (P8) apresentou desempenho quantitativo pré = 68,75/ pós = 65,62. Também foi bastante adequado em suas respostas e só

não respondeu a uma questão, justificando que não sabia. P9 respondeu a todas as questões de forma completa e de acordo com as informações oferecidas na capacitação, seu desempenho também se mostrou significativo no pré = 53,13/ pós = 93,75. O participante 10 (P10) não respondeu a maior parte das questões e seus resultados na análise quantitativa foram de pré = 65,63/ pós = 68,75. É importante lembrar também que todos os participantes apresentaram pontuações altas em relação à análise das atividades da Cartilha (exceto P9) e a análise desses dados corrobora os resultados mencionados acima.

Ainda que alguns participantes não tenham atingido um alto desempenho em todas as avaliações e não tenham respondido a algumas questões adequadamente ou tenham deixado de respondê-las, a análise dos dados mostra que os objetivos da pesquisa foram alcançados no que se refere a propiciar informações para os professores sobre Violência Intrafamiliar Infantil e comparar se existem diferenças em relação ao conhecimento do tema antes e após a intervenção e assim avaliar sua relevância.

Discussão

A partir da avaliação do programa de capacitação para professores foi possível notar com base nos dados de caracterização dos participantes que grande parte destes são pós graduados (especialização e mestrado). Essa informação pode justificar o alto desempenho no pré-teste, já que teoricamente são pessoas preparadas e informadas a respeito de vários assuntos, inclusive sobre a temática da capacitação. Alguns já participaram de outras capacitações referentes ao mesmo tema. Além disso, o participante está exposto a uma série de condições em seu ambiente natural, onde muitas informações sobre Violência Intrafamiliar são veiculadas por outros meios de informação; como: livros, revistas, televisão, internet etc. A intervenção mostrou-se efetiva para alguns, mas é possível levantar a hipótese de que os participantes também possam ter se atentado mais em relação ao tema e assim ficado sob controle das variáveis relacionadas ao mesmo, ou seja, qualquer informação sobre o tema da capacitação, mesmo em outros ambientes que não fossem o dos encontros, mas que abordassem o assunto se tornaria um estímulo discriminativo para os participantes, o que também pode ser visto de forma positiva no desempenho pós-teste (Brino, 2006).

Ainda em relação à caracterização dos participantes, é possível observar que grande parte é do sexo feminino. Esse dado demonstra a forte tendência histórico-cultural relacionada ao magistério de educação infantil em nosso país (Almeida, et. al. 2006). Os dados referentes ao número de filhos poderiam sugerir a hipótese de que professores que também são pais apresentam mais facilidade em lidar com crianças em qualquer tipo de contexto, inclusive em situação de risco. No entanto, existe também a possibilidade destes professores não se comportarem com seus alunos da mesma maneira que se comportam com seus filhos ou vice-versa. Ser um bom pai não pressupõe ser um bom professor, assim como um bom professor não pressupõe um bom pai (Biscouto, 2012).

É possível concluir também que o tempo de experiência como docente pode não ser um fator considerável no sentido de estarem mais atentos às variáveis que incidem sobre a relação professor/aluno, especialmente no caso dos alunos que estão em contexto de Violência Intrafamiliar. Isso porque, os resultados mostraram que os professores com muita e com pouca experiência tiveram desempenhos semelhantes.

Outra consideração relevante se refere ao fato de que algumas variáveis intervenientes ou estranhas (VEs) tenham causado algum tipo de interferência nos resultados, pois algumas destas fogem ao controle do experimentador em algumas ocasiões. É possível supor que talvez a adesão não tenha sido tão efetiva devido a algumas irregularidades no preenchimento dos questionários, como por exemplo: colocar nome, copiar as respostas de outro participante, responder de forma aleatória e sem auto questionamento, etc. Em relação à identificação, alguns participantes não colocaram nome em seus questionários em algum dos momentos da avaliação (pré ou pós), o que dificultou a seleção para a análise pré e pós-teste. Alguns responderam ao questionário, mas não se identificaram, o que impossibilitou o reconhecimento de alguns dados. Outra variável interveniente também pode estar relacionada à duração da capacitação. É possível que sejam necessários mais encontros, para que se tenha mais tempo de abordar o tema com mais profundidade, especificidade e detalhes.

A participação efetiva também é outra variável que pode ter interferido nos resultados. Alguns participantes chegavam atrasados aos encontros ou saíam antes do horário pré-determinado. Este fato dá margem para concluir que estes participantes podem ter perdido parte das informações abordadas nos encontros e talvez por isso seu desempenho não tenha sido tão alto.

Outra limitação encontrada foi em relação à entrega das atividades. Os professores foram orientados a realizar as atividades extraclasse e entregarem ao final de cada encontro subsequente. No entanto muitos participantes não entregavam as mesmas de acordo com as

orientações, alguns nem as entregavam. Além disso, era perceptível o comportamento de copiar as respostas de outro participante durante os encontros.

Algumas observações anotadas no Diário de Campo também foram levantadas por meio de relatos verbais dos participantes durante as sessões de intervenção. Dentre os relatos surgiram questionamentos referentes à como se comportar diante de situações suspeitas de Violência Intrafamiliar Infantil, seja em relação à criança ou até mesmo ao agressor; foram levantadas também questões sobre atividades lúdicas para desenvolver em sala de aula; surgiram também dúvidas e relatos sobre questões referentes à educação tradicional e a Lei da Palmada. Alguns professores relataram e trocaram suas experiências com situações que envolveram Violência Intrafamiliar Infantil.

Conforme observado nos resultados apresentados, é possível afirmar que os objetivos deste estudo foram atingidos, pois o aumento na porcentagem de conhecimento sobre Violência Intrafamiliar Infantil indica que os participantes aprenderam sobre o tema, o que é condizente com os objetivos da capacitação. As análises mostraram que os profissionais adquiriram conhecimento a respeito do tema Violência Intrafamiliar Infantil. Em relação aos questionários abertos, é possível que, o que foi escrito não seja o que verdadeiramente o emissor gostaria de responder, pois em alguns encontros os participantes copiavam as atividades uns dos outros em sala. Além disso, nem sempre os significados eram expressos com clareza e/ou objetividade. Talvez por dificuldades em expressar de forma escrita seus conhecimentos, por achar cansativo o tema, dentre outras questões pessoais relacionadas aos participantes ou até mesmo limitações referentes ao instrumento utilizado. É possível também que, o fato de se sentirem avaliados talvez tenha influenciado em algumas respostas, embora tenha sido esclarecido o objetivo dos questionários aplicados.

Ainda que estes profissionais tenham sido expostos a contingências que de alguma forma ocasionaram modificações em relação ao conhecimento sobre o tema, este fato não

implica necessariamente que estes se comportarão de acordo com as orientações de prevenção e intervenção abordadas, mas espera-se que isso aconteça principalmente no que diz respeito à identificação, encaminhamento e denúncias de casos suspeitos, para que a criança vítima esteja aos cuidados de profissionais capacitados (Brino, 2006). No entanto, os objetivos esperados no presente estudo foram alcançados, no sentido de avaliar um programa de capacitação para professores, com base nos princípios da Análise do Comportamento, assim como propiciar informações sobre Violência Intrafamiliar Infantil e comparar se existem diferenças em relação ao conhecimento do tema antes e após a intervenção.

Considerações Finais

Por meio deste estudo foi possível compreender as vantagens e as dificuldades encontradas em um trabalho de pesquisa. Embora exista planejamento e dedicação, a execução do trabalho pode demonstrar resultados tanto esperados quanto inesperados. Ainda que alguns resultados sejam inesperados, estes podem oferecer oportunidades para pensar e executar melhor novas pesquisas nesse campo de conhecimento. É preciso atentar para todos os detalhes de uma pesquisa, pois o planejamento do ambiente, desde os aspectos físicos até os de interação (como instrumentos de medida e intervenção, por exemplo) podem beneficiar ou prejudicar o trabalho proposto.

Outra consideração relevante se refere ao fato de que há uma necessidade mútua de diálogos e de trabalhos voltados à prevenção. Muitos profissionais, principalmente professores que possuem contato direto com crianças, podem não estar preparados do ponto de vista pedagógico e comportamental para identificar, acolher e encaminhar crianças vítimas de violência. No entanto, o investimento em programas de capacitação com esses profissionais podem contribuir nesse sentido (Brino, 2006; Garbin et.al., 2010; Granville, Souza, Menezes, et.al., 2009).

Diante das considerações expostas, e levando em consideração os resultados positivos obtidos neste trabalho, reforça-se o argumento de que é de extrema importância o investimento em intervenções em grupos, devido à demanda, aos custos menores e o alcance de um maior número de pessoas. Assim como discussões e trabalhos a respeito da Violência Intrafamiliar Infantil no âmbito da formação inicial e continuada de professores e todos os profissionais que de alguma forma mantêm contato com crianças, para que estes exerçam suas capacidades como profissionais e cidadãos em relação ao encaminhamento, às denúncias e às soluções do problema que ainda desagrada, conhecido por violência.

Lista de Referências

- Acioli, R. M. L.; Lima, M. L. C., Braga, M. C., Pimentel, F. C., Castro, S. G. (2011). Violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes: identificação, manejo e conhecimento da rede de referência por fonoaudiólogo em serviços públicos de saúde. *Rev. Bras. Saúde Mater. Infant.* [online]. vol.11, n.1, pp. 21-28.
- Almeida, S. F.C.; Santos, M. C. A. B., Rossi, T. M. F. (2006). Representações sociais de professores do ensino fundamental sobre violência intrafamiliar. [online]. vol.22, n.3, pp. 277-286.
- Andery, M.A.P.A., Sério, T.M.A.P. (1997). A violência urbana: aplica-se a análise da coerção? Em R.A. Banaco (Org.), *Sobre Comportamento e cognição*. Santo André: ARByes.
- Arruda, S., Zamora, M. H., Barker, G. Org. (2003). Projeto Fortalecendo Bases de Apoio Familiares e Comunitárias para Crianças e Adolescentes. *Cuidar sem Violência, Todo Mundo Pode. Guia Prático para Famílias e Comunidades*. 108 pp.
- Banaco, R. A. (2008). A terapia analítico-comportamental em um grupo especial: a terapia de famílias. In: Derdik, P. & Delitti, M. (Org.) (2008). *Terapia Analítico – Comportamental em Grupo*. Santo André, SP. Ed. ESETec, 1ª ed.
- Bastos, A.S.B., Alcântara, M.A.R. (2006). Capítulo VIII – Atenção Psicossocial a crianças e adolescentes sujeitos A violência Intrafamiliar. In: Lima, C. A.(Coord.) et al.. (2006) *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- Borloti, E.; Iglesias, A.; Dalvi, C. M., Silva, R.D.M. (2008). Análise Comportamental do Discurso: Fundamentos e Método. *Psicologia Teoria e Pesquisa*. Vol. 24. n. 1. pp. 101-110.
- Botomé, S.P. (1961). Princípios básicos para programação de ensino. Texto traduzido e adaptado de um programa de “TeachingMachinesIncorpored” para uso didático. Texto não publicado.
- Brancahona, P.G., Fogo, J.C., Williams, L.C.A. (2004). Crianças expostas a violência conjugal: avaliação do desempenho acadêmico. *Psicologia:teoria e pesquisa*, 20 (2), 113-117.
- Brasil, 1961. *Código Penal Brasileiro*. Brasília: Senado Federal.
- Brasil, 1990. Lei nº 8069 de 13 de julho 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*. jul. 16.
- Brino, R. F. (2006). *Professores como agentes de Prevenção do Abuso Sexual Infantil: Avaliação de um Programa de Capacitação*. Tese de Doutorado. Universidade Federal de São Carlos.

- Brino, R. F., Williams, L. C. A. (2003). Capacitação de educadores acerca do abuso sexual infantil. *Interação em Psicologia*, Curitiba, v. 7, n. 2, p.1-10.
- Brino, R.F., Williams, L.C.A. (2006). Brazilian teachers as agents to prevent child sexual abuse: An intervention assessment. Em D. Daro (Ed.). *World perspectives on child abuse*. Chicago: ISPCAN – *International Society for Prevention of Child Abuse and Neglect*.
- Day, V. P., Telles, L. E. B., Zoratto, P. H., Azambuja, M. R. F., Machado, D. A., Silveira, M. B., Debiaggi, M. Reis, M. G., Cardoso, R. G. & Blank, P. (2003). Violência doméstica e suas diferentes manifestações. *Rev. psiquiatr. Rio Gd. Sul* [online]. vol.25, suppl.1, pp. 9-21.
- Felizardo, D.; Zürcher, E.; Melo, K.(2006). Capítulo VI. Violência Sexual: Conceituação e Atendimento. In: Lima, C. A.(Coord.) et al.. (2006) *Violência faz mal à saúde*. Brasília: Ministério da Saúde, 298 p.: il. color. – (Série B. Textos Básicos de Saúde).
- Fornazari, S. A. ;Torresani, M. A. T. ; França, P. C. ; Caputo, R. F. & Xavier, T. R. L. (2007). Capacitação de professores na redução de comportamentos inadequados em alunos do ensino regular através de treinamento em Análise do Comportamento. In: I Encontro Científico e I Simpósio de Educação do UNISALESIANO, 2007, Lins. Anais do I Encontro Científico e I Simpósio de Educação do UNISALESIANO. Lins, SP: UNISALESIANO.
- Fornazari, S. A. ; Kienen, N. ; Vila, E. M. ; Rossetto, P. B. ; Proença, M. R. & Nantes, F. O. (2012). Ensinando Análise Funcional e Reforço Diferencial de Comportamentos Alternativos (DRA): Capacitação de Professores por meio de Programa Informatizado. In: 42ª Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2012, São Paulo. Resumos de Comunicação Científica. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Psicologia, p. 2013-2015.
- Gallo, A. E.;Williams, L.C.A. (2008).A Escola como Fator de Proteção à Conduta Infracional de Adolescentes. *Cadernos de Pesquisa*. 38 (13), 41-59.
- Garbin, C. A. S.; Queiroz, A. P. D. G.; Costa, A. A.; Garbin, N. A. J.(2010). *Formação e atitude dos de educação infantil sobre violência familiar contra criança*. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. especial 2, p. 207-216. Editora UFPR.
- Gonçalves, H. S.; Ferreira, A. L. (2002). A notificação da violência intrafamiliar contra crianças e adolescentes por profissionais de saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 18(1):315-319, jan-fev.
- Gomide, P.I.C. (2004). *Pais presentes, pais ausentes: regras e limites*.Petrópolis:Vozes.
- Granville, A. F. G., Souza, M. G. C., Menezes, V. A., Barbosa, R. G.; Cavalcanti, A. L. (2009). *Conhecimentos e percepção de professores sobre maus-tratos em crianças e adolescentes*. Saúdesoc. [online]. vol.18, n.1, pp. 131-140.

- Kazdin, A.E. (1982). *Single-case Research Designs: Methods for Clinical and Applied Settings*. New York: Oxford University Press.
- Kienen, N.; Botomé, S. P. (2007). Classes de comportamentos profissionais que compõem a formação do psicólogo para intervir por meio de ensino, derivadas das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação em Psicologia e dos projetos de ensino desse profissional.. In: XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia, 2007, Florianópolis. Anais do XXXVII Reunião Anual da Sociedade Brasileira de Psicologia.
- Maia, J.M.D.; Williams, L.C.A. (2005). Fatores de risco e proteção ao desenvolvimento infantil: uma revisão de área. *Temas em Psicologia*, 13, (2), 91-1003.
- Organização Mundial da Saúde (2012). Violence Prevention: importante element of a health-promoting school. WHO information series health (3). Recuperado em 20 de Maio de 2012, de [http:// www.who.int/school youthhealth/media/en/93.pdf](http://www.who.int/school_youthhealth/media/en/93.pdf)
- Pereira, P. C., Santos, A.B.; Williams, L.C.A. (2009). Desempenho escolar da criança vitimizada encaminhada ao fórum judicial. *Psicologia: Teoria e pesquisa*, 25(1), 19-28.
- Pires, A. L. D.; Miyazaki, M. C. O. S. (2005) Maus-tratos contra crianças e adolescentes: revisão da literatura para profissionais da saúde. *Arq Ciênc e Saúde*. jan-mar.
- Seldes, J. J.; Ziperovich, V.; Viota, A. & Leiva, F. (2008) Maltrato infantil: Experiencia de un abordaje interdisciplinario. *Arch. argent. pediatr.* [online]. vol.106, n.6, pp. 499-504.
- Sidman, M. (1989/2003). *Coerção e suas implicações*. Tradução e M. A. Andery; T.M. Sério. Campinas: Editora Livro Pleno.
- Weber, L. N. D; Salvador, A. P.; Brandenburg, O. J. (2007). *Programa de qualidade na interação familiar: manual para aplicadores*. Curitiba: Juruá.
- Williams, L.C.A. (2004). Violência e suas diferentes representações. Em G.C. Solfa (Org.). *Gerando cidadania: Reflexões, propostas e construções práticas sobre direitos da criança e do adolescente*. (pp. 141-153). São Carlos: Rima.
- Wolfe, V.V. (1998) Child sexual abuse. Em G. Mash & R. Barkley (Org.). *Treatment of childhood disorders*. New York: The Guilford Press.

APÊNDICES

Apêndice A

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Título da pesquisa:

“Capacitação de Professores para Prevenção de Violência Intrafamiliar Infantil”

Prezado(a) Senhor(a):

Gostaríamos de convidá-lo (a) a participar da pesquisa “**Capacitação de Professores para Prevenção de Violência Intrafamiliar Infantil**”, realizada na **Universidade Estadual de Londrina**. O objetivo da pesquisa é **implementar um Programa de Capacitação para professores, com base nos princípios da Análise do Comportamento, que visa a prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil**. A sua participação é muito importante e ela se daria da seguinte forma: Responder aos questionários e inventários estruturados, sobre Violência Intrafamiliar Infantil (pré e pós intervenção) e participar das sessões de capacitação. A intervenção educacional será composta por 4 encontros, com um encontro por semana, com duração de 240 minutos cada um. Gostaríamos de esclarecer que sua participação é totalmente voluntária, podendo você recusar-se a participar, ou mesmo desistir a qualquer momento sem que isto acarrete qualquer ônus ou prejuízo à sua pessoa. Informamos ainda que as informações serão utilizadas somente para os fins desta pesquisa e serão tratadas com o mais absoluto sigilo e confidencialidade, de modo a preservar a sua identidade. Os encontros serão registrados em vídeo, que serão destruídos após a conclusão do trabalho. Os benefícios esperados são: maior conhecimento sobre o tema Violência Intrafamiliar Infantil que visa a prevenção da mesma. As atividades são planejadas de modo a não ocorrerem riscos. Informamos que o(a) senhor(a) não pagará nem será remunerado(a) por sua participação. Garantimos, no entanto, que todas as despesas decorrentes da pesquisa serão ressarcidas, quando devidas e decorrentes especificamente de sua participação na pesquisa. Caso você tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode entrar em contato (**Débora Letícia Dias, Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento, Universidade Estadual de Londrina, Rodovia Celso Garcia Cid (PR 445), Km 380, Campus Universitário – Londrina-PR, telefone: 33714227; e-mail: debora-uel@hotmail.com**) ou procurar o Comitê de Ética em Pesquisa Envolvendo Seres Humanos da Universidade Estadual de Londrina, na Avenida Robert Kock, nº 60, ou no telefone 33712490. Este termo deverá ser preenchido em duas vias de igual teor, sendo uma delas, devidamente preenchida e assinada entregue a você.

Londrina, ___ de _____ de 2012.

Pesquisador Responsável _____

CRP: _____

_____, tendo sido devidamente esclarecido sobre os procedimentos da pesquisa, concordo em participar **voluntariamente** da pesquisa descrita acima.

Assinatura (ou impressão dactiloscópica): _____

Apêndice B

**QUESTIONÁRIO DE CONHECIMENTO SOBRE VIOLÊNCIA
INTRAFAMILIAR INFANTIL**

Dias & Gallo

Instruções – Leia as questões a seguir e responda com sinceridade. Se desejar, pode usar o verso para responder.

Nome: _____

Idade: ____ Escolaridade: _____

Estado civil: _____

Número de filhos: _____ Sexo () M () F

Série em que leciona: () 1 () 2 () 3 () 4

() Outra

Tempo de experiência como
docente: _____

01. Quais são suas fontes de informação sobre Violência Intrafamiliar Infantil? (mídias, relatos de pesquisas, conversas informais, dentre outras)

02. Na sua opinião, quais seriam as causas da Violência Intrafamiliar Infantil?

03. Você saberia identificar uma criança vítima de Violência Intrafamiliar?

() Muito facilmente () Com facilidade
() As vezes () Com dificuldade () Muito dificilmente

04. Quais seriam seus critérios para identificar?

05. Você se sente preparado para enfrentar esse tipo de situação? Se sim, de que forma?

06. Qual a sua opinião sobre o papel da escola em relação à Violência Intrafamiliar Infantil? E o do professor?

07. Você conhece o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente)? Sim Não
Comente sobre o que conhece.

08. Você conhece algum órgão de proteção à criança? Sim Não
Se sim, qual (quais)?

09. Você já pediu ajuda ou encaminhou algum caso a esse(s) órgão(s)?
 Sim Não Se sim, qual (quais)?

10. Se você respondeu afirmativamente à questão anterior, como você avalia a qualidade dos serviços? Qual (Quais)?

() Muito bom

() Bom

() Regular

() Ruim

() Péssimo

11. Na sua formação, você teve alguma instrução específica sobre Violência Intrafamiliar Infantil? () Sim () Não. E após? () Sim () Não. Se sim em algum momento, como foi ?

12. Quais comportamentos você considera sinais de violência?

13. Qual a melhor maneira de lidar com os problemas de Violência Intrafamiliar Infantil?

14. Quais os cuidados adequados que uma criança necessita?

15. Você já teve contato com algum caso de Violência Intrafamiliar Infantil, em sua sala de aula? () Sim () Não

16. O que você faria se tivesse em sua sala de aula situações comprovadas de Violência Intrafamiliar Infantil?

17. O que você faria diante de suspeitas de Violência Intrafamiliar Infantil?

18. O que você gostaria de aprender em uma capacitação sobre Violência Intrafamiliar Infantil?

Apêndice C



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

Departamento de Psicologia Geral e Análise do Comportamento
Mestrado em Análise do Comportamento

Capacitação de Professores para Prevenção de Violência Intrafamiliar Infantil

Cartilha de Atividades

Mestranda: Débora Letícia Dias
Orientador: Prof. Dr. Alex Eduardo Gallo

Professor (a) - _____

Orientações

No que vai seguir-se neste material que você está lendo, a apresentação de informações será na modalidade ou formato de texto programado. Os itens estão numerados e você pode anotar esses números na sua folha de respostas para identificar a resposta que vai fornecer para cada item ou unidade de aprendizagem que lhe for apresentada. Logo depois de ter conferido sua resposta, você pode corrigi-la ou reformulá-la ou simplesmente confirmar que acertou o que lhe foi solicitado fazer. Marque um sinal quando errar, corrija sua resposta e, então prossiga para o item seguinte usando o mesmo procedimento (Botomé, 1970).¹⁰

As atividades deverão ser entregues à ministrante da capacitação sempre na semana seguinte (por exemplo, entregar as atividades da Aula 1, no dia da Aula 2, e assim sucessivamente)

Preencha as lacunas com uma das alternativas abaixo de cada questão, baseando-se no conteúdo apresentado em cada aula e no Manual para Pais e Professores sobre Violência Intrafamiliar.

Aula 1

1 - Embora exista uma ampla variedade de modalidades de violência, esta capacitação tem como objetivo analisar a Violência Intrafamiliar, ou seja, aquela que ocorre na _____.

- a) Família
- b) Escola

2 -“O abuso ou os maus-tratos contra crianças engloba toda forma de maus-tratos físicos _____ emocional, abuso sexual, abandono ou trato negligente, exploração comercial ou outro tipo, do qual resulte um dano real ou potencial para a saúde, a sobrevivência, o desenvolvimento ou a dignidade da criança no contexto de uma relação de responsabilidade, confiança ou poder” (Organização Mundial de Saúde, 2002).”

- a) E
- b) Ou
- c) E/Ou

3 - _____ parte da violência, agressões ou maus-tratos que crianças e adolescentes sofrem, ocorre dentro das casas, envolvendo toda a família, trazendo prejuízos ao desenvolvimento infantil e levando a perpetuação das agressões.

- a) Pequena
- b) Grande

¹⁰A princípio o objetivo era de que as atividades fossem ordenadas em formato de texto programado, como orientado por Botomé, 1970. No entanto, não foi possível construir o material dessa maneira.

4 - Segundo a OMS, abuso físico infantil é definido como o uso intencional da força física contra uma criança e _____ em (ou que tenha uma alta probabilidade de resultar em) danos para a saúde, sobrevivência, sofrimento ou dignidade da criança. Isso inclui bater, chutar, sacudir, morder, estrangular, esquentar, queimar, envenenar, sufocar, entre outros, bem como atitudes que causem danos à integridade corporal decorrentes da negligência. Em casa, a maior parte da violência física contra a criança é praticada com o uso de um “objeto de punição” (por exemplo: chinelo, vara, mangueira, cinta, etc.).

- a) Que resulta
- b) Que tem alta probabilidade de resultar

5 -Quais dos seguintes comportamentos NÃO se referem à Violência Psicológica?

- a) Restrição dos movimentos de uma criança; atos que denigrem; exposição ao ridículo; ameaças e intimidações; discriminação; culpar; assustar; rejeição; deprecição; chantagem; insultos constantes; manipulação afetiva; e outras formas não físicas de tratamento hostil.
- b) Bater, chutar, sacudir, morder, estrangular, esquentar, queimar, envenenar, sufocar, entre outros, bem como atitudes que causem danos à integridade corporal.

6 - O abuso sexual infantil é o envolvimento de uma criança em _____, que ela não compreende totalmente, o que a torna incapaz de consentir, por ser uma pessoa ainda em desenvolvimento.

- a) Um ato sexual
- b) Uma atividade de natureza sexual

7- _____ é a omissão de responsabilidade e de cuidados básicos de atendimento às necessidades físicas e emocionais prioritárias e proteção à criança frente a situações graves que podem ser evitadas.

- a) Negligência
- b) Violência Sexual

8 - Dentre as Consequências da Violência Intrafamiliar Infantil, estão tanto os danos tardios, como os danos _____.

- a) Superficiais
- b) Imediatos

9 - Falta de motivação, isolamento, ansiedade, comportamento agressivo, depressão e baixo desempenho escolar, dificuldade de aprendizagem, pouco aproveitamento, evasão escolar,

repetência e necessidade de educação especial – são algumas das _____ da Violência Intrafamiliar Infantil.

- a) Consequências
- b) Desvantagens

10- O trabalho de Prevenção da Violência Intrafamiliar Infantil, é caracterizado em três níveis: Prevenção Primária, Prevenção Secundária e Prevenção Terciária. Para isso, se faz necessário um trabalho _____, em que vários profissionais, incluindo professores, médicos, psicólogos, pedagogos e assistentes sociais; no exercício de suas atividades, estejam envolvidos com o atendimento e a defesa do direitos da crianças e suas violações. O professor pode contribuir no trabalho de _____, ao desenvolver habilidades como: observar constantemente o comportamento das crianças, conhecer os sinais de abusos e conhecer a situação familiar, dentre outras.

- a) Individual/ Prevenção
- b) Interdisciplinar/Grupos

GABARITO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Aula 2

1 - Fatores de _____ são todas as condições que, quando presentes, aumentam a chance de ocorrência de resultados negativos ou indesejáveis.

- a) Risco
- b) Proteção

2 - Pais que aprovam e usam a punição física como um meio de disciplinar a criança, ou acreditam na sua efetividade, são considerados fatores de _____ para a criança.

- a) Proteção
- b) Risco

3- Fatores de _____ são influências que modificam, melhoram, ou alteram a resposta de uma pessoa a algum perigo que predisponha riscos de desadaptação.

- a) Risco
- b) Proteção

4 - Profissionais de diversas áreas (educação, saúde, judiciário) capacitados na prevenção da violência contra crianças e adolescentes, atividades lúdicas e de lazer na escola e na comunidade, pessoas de confiança (família, escola e/ou comunidade) – São considerados fatores de _____ para a criança.

- a) Proteção
- b) Risco

5 - Quando a criança explora diferenças entre meninas e meninos, masculino e feminino, esse comportamento é considerado _____.

- a) Natural e saudável
- b) Preocupante

6 - Quando a criança toca as “partes privadas” do adulto não familiar, criança desconhecida, ou mesmo pessoas familiares que disseram “não”.

- a) Natural e saudável
- b) Preocupante

7 - Quando a criança toca os adultos “sem a permissão deles”;faz com que outros permitam o toque e/ou pede para ser tocado, esse comportamento _____.

- a) Natural e saudável
- b) Preocupante
- c) Requer ajuda profissional

8 - No filme: Preciosa, a jovem Clairece “Precious”sofre as mais diversas privações. Assim, é possível perceber que a garota é vítima de_____

- a) Negligência e Violência: física, sexual, psicológica
- b) Negligência

9- De acordo com o filme: Preciosa, a jovem Claireece “Precious” sofre as mais diversas privações. Abusada pela mãe, violentada pelo pai e grávida de seu segundo filho, é convidada a frequentar uma _____ alternativa, na qual vê a esperança de conseguir dar um novo rumo à sua vida.

- a) Escola
- b) Comunidade

10 - Os _____ são considerados a referência de pessoa adulta mais próxima para a identificação em casos de suspeitas de Violência Intrafamiliar Infantil.

- a) Amigos
- b) Professores

GABARITO

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	

Aula 3

1 - O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) uma codificação que trata do universo mais específico vinculado ao tratamento social e legal que deve ser oferecido às _____ do país, com maior proteção e cidadania decorrentes da própria Constituição promulgada em 1988. OECA dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente, decorrente da lei 8.069 de 13 de julho de 1990.

- a) Crianças
- b) Crianças e adolescentes

2 - O artigo 245 do ECA (_____), destaca a obrigatoriedade de todo profissional das áreas da educação ou saúde, em comunicar à autoridade competente os casos de seu conhecimento envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente, cabendo pena prevista caso tal comunicação não ocorra. De acordo com o mesmo artigo, o profissional tem obrigação de denunciar. Caso ocorra omissão de denúncia, este recebe como pena uma multa de três a vinte salários de referência, aplicando-se o dobro em casos de reincidência (Brasil,1990).

- a) Estatuto da Criança e do Adolescente
- b) Estatuto Civil Adaptado

3 - A _____ Funcional é a identificação das relações entre os eventos ambientais e as ações do organismo (Meyer, 2003).

- a) Análise
- b) Abordagem

4 - Nos casos de Violência Intrafamiliar Infantil a Análise _____ tem papel fundamental, pois avalia o contexto do abuso, as condições, antecedentes, comportamentos e consequentes, sem se restringir somente às características listadas e convencionadas que a criança vitimizada apresenta.

- a) Funcional
- b) Restrita

5 - Na abordagem de uma criança que sofreu e/ou sofre Violência Intrafamiliar Infantil, é necessário _____ o ritmo da criança, esperando que ela conte sobre o ocorrido o que quiser no momento que quiser, não a apresse revelar detalhes, controle sua ansiedade em querer que a criança fale tudo o que aconteceu.

- a) Respeitar
- b) Acelerar

6 -Em casos de contato com crianças que sofrem algum tipo de abuso, recomenda-se evitar _____ com caráter inquisitório, que coloquem a criança como culpada, que obriguem a precisão de tempo, que permitam somente respostas fechadas (sim ou não) e _____ indutoras.

- a) Perguntas
- b) Atividades

7- As redes de _____ e proteção são formas de organização social que têm o objetivo de socializar e ajudar pessoas que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco.

- a) Apoio
- b) Risco

8 - Os CREAS são unidades _____ estatais de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos, famílias, crianças e adolescentes com os direitos violados por ocorrência de: negligência, abandono, ameaças, maus-tratos, abuso e exploração sexual, violações físicas e psíquicas, situação de trabalho infantil, situação de rua e adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto (por cometimento de ato infracional).

- a) Públicas
- b) Particulares

9 - O Conselho _____ é um dos órgãos responsáveis pelas notificações de casos de Violência Intrafamiliar praticados contra a criança. Cabe a este órgão receber, entre outras situações de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente, os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos praticados contra a referida população, em sequência esses casos são direcionados ao Sistema de Justiça.

- a) Tutelar
- b) Infanto- Juvenil

10 - Os professores, compartilham contato direto e diário com as crianças que passam uma grande parte do tempo na _____.

- a) Rua
- b) Escola

GABARITO

1		6	
2		7	
3		8	
4		9	
5		10	

Estudo de caso – Identifique os fatores de risco e de proteção aos maus-tratos

Amanda* teve seu primeiro filho, Pedro*, aos 15 anos de idade. Por pressão dos pais, acabou casando-se com Lucas*, que tinha 18 anos quando se tornou pai do garoto, abandonando os estudos desde então. Por conta disso, Lucas é quem mantém a casa financeiramente, sendo mais respeitado pelos familiares. Em contrapartida, as tarefas de Amanda restringem-se aos cuidados da casa.

Pedro, agora com quatro anos de idade, apresenta, quando contrariado, alguns comportamentos agressivos com colegas. Apesar disso, mostra-se participativo nas atividades escolares propostas e durante as brincadeiras se relaciona facilmente com os colegas. Logo antes da merenda, Pedro se mostra apreensivo. Ao ser questionado pela sua professora sobre esse comportamento, diz que seu pai fica nervoso ao vê-lo comer. Na ocasião, a professora considerou que fosse um episódio corriqueiro e comum a toda família. Sendo assim, preferiu não tomar qualquer providência.

Passados três meses, a professora percebe que o garoto apresenta algumas dificuldades na utilização de talheres durante as refeições; manejo do lápis durante atividades de pinturas e com brinquedos que exijam coordenação motora fina.

Em uma ocasião em que Pedro tentava trocar sua camiseta por ter derrubado suco, sua professora observou hematomas no braço e nas costas do garoto. Ao questioná-lo, ele contou que quando derrubava comida em sua casa, seus pais batiam e o colocavam de castigo. Desde então, a professora passou a observar os comportamentos de Pedro, durante as aulas e atividades no recreio, percebendo novos hematomas na criança. Nesse período, a professora comunicou à Direção da Escola tais fatos. A Direção, convocou os pais por três vezes, mas eles não compareceram. Em uma das ocasiões enviaram uma carta, via Pedro, alegando motivos de ordem profissional. As ausências e a carta encaminhada foram arquivadas no prontuário do aluno.

Adicionalmente, a professora notou que Pedro parecia ter um laço afetivo forte com sua avó ficando alegre quando esta vinha buscá-lo na escola ao invés de seu pai. Em uma dessas situações a avó comentou que Pedro iria passar a noite na sua casa, pois Amanda tinha saído de casa após brigar novamente com o marido.

Passado um mês, em função da transferência do pai para outra cidade, os pais entraram em contato com a escola e solicitaram a documentação de Pedro para realização da transferência para nova escola.

*nome fictício.